

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

BÁRBARA DELLANI DE ASSIS

**POSIÇÃO DOS ANIMAIS NO ORDENAMENTO JURÍDICO
BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DE SUA ALTERNÂNCIA**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MONOGRAFIA**

**CACOAL – RO
2016**

BÁRBARA DELLANI DE ASSIS

**POSIÇÃO DOS ANIMAIS NO ORDENAMENTO JURÍDICO
BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DE SUA ALTERNÂNCIA**

Monografia apresentada à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, elaborada sob a orientação da professora M.^a Kaiomi de Souza Cavalli.

CACOAL - RO

2016

Assis, Bárbara Dellani de.
A848p Posição dos animais no ordenamento jurídico brasileiro:
uma análise de sua alternância/ Bárbara Dellani de Assis–
Cacoal/RO: UNIR, 2016.
63 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.
Orientadora: Prof. M.^a Kaiomi de Souza Oliveira Cavalli.

1. Direito processual civil. 2. Direito constitucional. 3.
Animais. 4. Antropocentrismo. 5. Biocentrismo. I. Cavalli,
Kaiomi de Souza Oliveira. II. Universidade Federal de
Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 347

Catálogo na publicação: Leonel Gandi dos Santos – CRB11/753

POSIÇÃO DOS ANIMAIS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DE SUA ALTERNÂNCIA

BÁRBARA DELLANI DE ASSIS

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

Professora M.^a Kaiomi de Souza Cavalli - UNIR - Presidente

Professora Esp. Graciela Flavia Hack - UNIR - Membro

Professor Esp. Thiago Barisson de Mello Oliveira - UNIR - Membro

Conceito: 100

Cacoal, 07 de julho de 2016.

Aos meus amados pais, Ricardo e Lori, pelos valores transmitidos, pela compreensão e constante estímulo na busca pela realização dos meus sonhos. Por me fornecerem a possibilidade de chegar até aqui, pois, com todo seu amor e esforço, nunca permitiram que me faltasse algo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela intensa presença em meu caminho, por ter me guiado nesta longa jornada, me concedendo saúde e força, me amparando nos momentos difíceis e permitindo que eu finalizasse mais uma etapa de minha vida.

Ainda, agradeço aos meus amigos, Larissa Reginato, Julia Rebonato, Arnon Gavioli, Jakeline Gella e Heloísa Rodrigues, pessoas que conheci neste curso, que enfrentaram e dividiram momentos de alegria e dificuldades junto a mim, e, os quais preservarei a amizade para sempre. Ao meu primo, Marcelo Dellani, pela compreensão, ajuda e apoio.

Agradeço também, à minha querida orientadora, professora M^a. Kaiomi de Souza Cavalli, pela paciência e disponibilidade em transmitir seus conhecimentos. Bem como, agradeço à professora Sônia Maria Nita, pela sua especial atenção em nortear seus alunos nos trabalhos de conclusão de curso.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo a análise do posicionamento dos animais dentro do ordenamento jurídico brasileiro. Para que uma melhor aplicação das normas de direitos dos animais aconteça, é preciso entender o que os animais representam dentro do nosso ordenamento. Seriam os animais sujeitos de direito, objeto jurídico ou até mesmo entes despersonalizados? A caracterização dos animais em uma ou mais dessas posições não depende somente do que diz o ordenamento, ela está intimamente ligada com a maneira que a própria sociedade vê os animais e interage com eles. É perceptível a evolução nesse sentido, tendo em vista que os animais, que antes eram tratados somente como coisas, hoje já conseguiram certa evolução e tem obtido as garantias de alguns direitos, comparáveis aos direitos das próprias pessoas. A complexidade do tema e sua importância são fatos inegáveis na atual conjuntura social, sendo necessário um enquadramento mais adequado dos animais dentro do ordenamento pátrio.

Palavras-chave: Animais. Direitos dos animais. Sujeitos de direito. Pessoas. Objeto jurídico. Coisas.

ABSTRACT

This work aims to animal positioning analysis within the Brazilian law system. For better implementation of animal rights norms to happen, it is need to understand what animals represent within our system. Would be the subject of animal rights, legal object or even loved depersonalized? The characterization of the animals in one or more of these positions depends not only on what he says the system, it is closely linked to the way that society itself sees the animals and interact with them. It is noticeable progress in this direction, given that the animals that were treated only as things today have achieved some progress and have some guarantees of rights comparable to the rights of the people themselves. The complexity of the issue and its importance are undeniable facts in the current social environment is necessary for animals to be framed in a position within the parental order.

Keywords: Animals. Animal Rights. Subject of law. People. legal object. Stuff.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 SUJEITO DE DIREITO	12
1.1 PESSOA DE DIREITO	14
1.2 ENTE DESPERSONALIZADO	18
1.3 OBJETO JURÍDICO..	19
1.4 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS	20
2 VISÃO ANTROPOCÊNTRICA E NÃO ANTROPOCÊNTRICA (BIOCÊNTRICA)	24
2.1 ANTROPOCENTRISMO	24
2.2 ANTROPOCENTRISMO INTERGERACIONAL	27
2.3 NÃO ANTROPOCENTRISMO (BIOCENTRISMO)	29
3 OS ANIMAIS NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO.....	36
3.1 ALGUMAS DECISÕES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO...	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57

INTRODUÇÃO

Por meio desse estudo, busca-se colocar os animais em posição semelhante à do homem, retirando deste a caracterização de centro do universo. Para tanto, traz-se a discussão sobre atribuição de personalidade jurídica aos animais para garantir uma esfera maior de proteção aos seus direitos. Tal questão não é simples, visto que existem correntes doutrinárias contrárias e é necessário encaixar a referida posição aos animais de forma compatível com o ordenamento jurídico pátrio.

Para verificar a possibilidade de atribuição da personalidade jurídica aos animais será feita uma distinção entre objeto jurídico, sujeito de direito e entes despersonalizados, a fim de caracterizar cada um para a correta aplicação dessa classificação aos animais.

Tendo em vista que os fundamentos para que os animais sejam colocados em segundo plano se baseia em um pensamento que trata a espécie humana com determinado grau de superioridade diante das demais espécies será feita a distinção entre o pensamento antropocêntrico e o ecocêntrico ou biocêntrico, analisando o conceito de cada teoria e como cada uma realiza atribuição de sujeitos de direito.

Desde os primórdios o ser-humano se vale do antropocentrismo para se colocar como centro do universo. Por considerar-se o único ser capaz de se comunicar, o homem se julga acima de qualquer outra espécie existente, considerando-se superior a elas em todos os sentidos e não atribuindo, assim, a devida importância aos animais e à natureza de maneira geral.

Apesar dessa visão antropocêntrica, é importante destacar que o direito à vida é inerente a todas as espécies e não somente ao homem e, uma vez que é possível observar uma crescente recorrência de casos envolvendo questões relacionadas ao meio ambiente e, principalmente aos animais, torna-se constante a

preocupação social pela garantia do futuro do meio ambiente ou da própria espécie humana.

Ressalta-se que o fato de os animais terem capacidade de sentir dor os torna merecedores de direitos que os garanta a integridade física, o não sofrimento e a preservação da vida. Independentemente da existência de entendimento contrário à possível posição jurídica dos animais que este trabalho busca estudar, cabe frisar que o direito à vida não é exclusivo dos seres humanos, mas, de todas as espécies.

Ainda, destaca-se que, a sociedade é resistente a mudanças, sendo também, resistente ao debate deste tema. A cultura antropocêntrica enxerga os animais como meras coisas, simples objetos de direito, não lhes atribuindo o devido valor. Ressalta-se que esse pensamento encontra-se enraizado à cultura humana desde início dos tempos, ganhando força com o cristianismo.

A compreensão de que os animais caracterizam-se por serem meras coisas, objetos de direito, está intrínseca ao entendimento humano, o que permite que os animais por muitas vezes, sofram abuso na forma como são tratados.

Tendo em vista que os fundamentos para que os animais sejam colocados em segundo plano se baseia em um pensamento que trata a espécie humana com determinado grau de superioridade diante das demais espécies será feita a distinção entre o pensamento antropocêntrico e o ecocêntrico ou biocêntrico, analisando o conceito de cada teoria e como cada uma realiza atribuição de sujeitos de direito.

Após a exposição e análise dos conceitos necessários será feita uma observação ao ordenamento jurídico Brasileiro, observando a evolução à proteção dos animais com o decorrer dos anos. É fato que o direito ambiental evoluiu muito desde o Código Civil de 1916, contudo essa evolução não advém do fato de ter sido conferida personalidade jurídica aos animais, mas sim da necessidade que o homem tem de viver em um meio ambiente equilibrado e saudável.

A análise deste trabalho foi feita pelo método indutivo, ou seja, método empirista, o qual considera o conhecimento com base na experiência; a generalização deriva de observações de casos da realidade concreta e é elaborada a partir de constatações particulares.

O tema é de suma importância para que os animais deixem de ser tratados como meros objetos que estão à disposição do homem, passando a ter alguns direitos básicos garantidos. Todavia é necessária uma reformulação do pensamento

da sociedade a fim de conscientizar-se da necessidade de atribuir um novo conceito e uma nova visão aos animais.

1 SUJEITO DE DIREITO

Para o entendimento da problemática deste trabalho é de suma importância definir os conceitos do que venha a ser sujeito de direito e objeto jurídico. A palavra sujeito é advinda do Latim escolástico *subjectum*. Costa (2003, p. 55) que mostra esta origem no trecho que segue:

Subjectum indica “o que está subordinado”, distinto de *objectum*, “o que está colocado adiante”, derivado do verbo latino *objicere*. Essa é a linha que interessa, pois, no séc. XVI, ganha o sentido de “causa, motivo” e, mais tarde, o de “pessoa que é motivo de algo” para, finalmente, designar “pessoa considerada nas suas aptidões”.

Para Kelsen (1962, p. 320): “o conceito de sujeito de direito não é necessário para a descrição do direito, é um conceito auxiliar que facilita a exposição do direito. De maneira que, a pessoa natural ou jurídica, que possui direitos e deveres, é um complexo destes direitos e deveres, cuja unidade é figuramente expressa no conceito de pessoa. Assim, a pessoa é somente a figuração dessa unidade”. Para o autor, “pessoa” não é, portanto, um indivíduo específico ou uma comunidade de pessoas, mas, a unidade personificada das normas jurídicas que lhe impõe deveres e lhe conferem direitos. Dessa maneira, sob o prisma kelseniano, pessoa é uma construção da ciência do direito. Já Pontes de Miranda entende que pessoa é o sujeito de direito:

Sujeito de direito é a pessoa. Pessoa é apenas o conceito, o universal, que se alude à possibilidade, no sistema jurídico de ser sujeito. Pessoa é quem pode ser sujeito de direito: quem põe a máscara para entrar no teatro do mundo jurídico, está apto a desempenhar o papel de sujeito de direito. [...] Verdade é que, compondo-se o suporte fático de tais regras jurídicas e incluindo uma delas, não seria permitido excluir-se da aquisição de direito esse ente humano; portanto, já dá incidência da regra jurídica, que dá entrada no mundo jurídico ao ente humano, resulta efeito, que é o direito de personalidade como tal, efeito mínimo do fato jurídico stricto sensu do nascimento do ente humano. Certamente, o ser sujeito de direito, em concreto, portanto, é diferente de ser pessoa, que é em plano acima, abstrato; mas não se há de levar muito afundo a diferença, porque pessoa já nasce com titularidade concreta, que é a do direito da personalidade como tal, o direito a ser sujeito de direitos (MIRANDA, 2000, p. 209).

Tal direito, ressalta aos nossos olhos quando pensamos em terem existido, e ainda existirem em sistemas jurídicos destoantes da civilização contemporânea, seres humanos sem capacidade de direito. Todavia, embora grande parte da

doutrina faça a equiparação de pessoa e sujeito de direito, torna-se necessário ressaltar que o sujeito é elemento estrutural e tem papel de centro de imputação de deveres e direitos nas relações jurídicas. Já o termo pessoa, é utilizado no meio jurídico para designar uma entidade que pode ser detentora de direitos e obrigações a qual se atribui personalidade jurídica, como o ensinamento abaixo:

De início, o vocábulo “persona” (pessoa) designava a máscara usada pelos atores, em suas apresentações nos palcos, para ampliar a voz (“personare”) e caracterizar os tipos representados. Em sua evolução semântica, a palavra passou a designar o próprio ator (personagem) e depois, do palco para a vida real, o homem. Não há dúvida que essa evolução semântica da palavra foi feliz, pois a “pessoa” é a dimensão ou veste social do homem, aquilo que o distingue dos demais e o projeta na sociedade e para os outros (BETIOLI, 1998, p. 220).

Em meio ao ordenamento jurídico existente, há, ainda, que se distinguir os termos: pessoa natural e pessoa jurídica. Compreende-se que, pessoa natural é todo ser humano apto para adquirir direito e contrair obrigações na esfera civil. Já a expressão pessoa jurídica, é prevista em lei e fundamenta-se na criação de um ente autônomo regulado pela vontade humana ao qual se atribui personalidade jurídica, com o objetivo de tornar executável sua finalidade. Segundo Diniz (2008, p. 81): “A pessoa jurídica é a unidade de pessoas naturais ou de patrimônios que visa a obtenção de certas finalidades, reconhecidas pela ordem jurídica como sujeito de direito e obrigações”.

Ainda, torna-se necessário também, conhecer o conceito de relação jurídica para o entendimento do conceito de sujeito de direito, uma vez que nem todas as relações que ocorrem na sociedade ocorrem também no plano judicial. Portanto, são consideradas relações jurídicas aquelas reguladas pela matéria de direito, ou seja, que produzem efeitos no mundo jurídico, como mostra o trecho que segue:

Relação jurídica social regulada pelo direito objetivo. A vida em sociedade estabelece, entre os participantes, um número infinito de vínculos, como resultado imediato do processo de interação social. Dentre esses vínculos há os relevantes para o direito, pelos efeitos eventualmente decorrentes. Sobre eles incide a norma jurídica que, bilateralmente confere aos sujeitos da relação poderes e deveres. A relação social assim regulada denomina-se relação jurídica. (NETO, 1977, p. 407)

A relação jurídica é composta por três elementos: sujeito de direito, objeto e o vínculo entre os mesmos. Esses elementos são apresentados abstratamente e a

relação jurídica configurada é estática e simples e o conteúdo só pode ser estipulado concretamente. Assim, sujeito de direito é, da mesma forma que os outros elementos da relação, algo abstrato, não podendo ser equiparado à pessoa, já que pessoa é ente que participa de forma concreta da relação jurídica e possui existência de fato.

Pode-se ter um sujeito de direito como pessoa física ou pessoa natural ou ente despersonalizado, dependendo da relação jurídica. Dessa forma, segue o seguinte entendimento:

Concebido sujeito de direito como o “portador de direito ou deveres na relação jurídica”, “um centro de decisão e de ação”, tem-se necessariamente um conceito vazio, um involucro sem conteúdo, que pode ser preenchido por qualquer ente que, a convite do legislador, venha ocupar a posição de destinatário das normas jurídicas. (EBERLE, 2006, p. 28).

Assim, Coelho (2006, p. 80) sobre o assunto aduz: “sujeito de direito é o centro de imputação de direitos e obrigações referidos em normas jurídicas com a finalidade de orientar a superação de conflitos e interesses que envolvem direta ou indiretamente homens e mulheres”. Ainda, nos dizeres de Beviláqua (1951, p. 64): “sujeito de direito é o ser a que a ordem jurídica assegura o poder de agir contido no direito”.

Isto posto, em termos mais simples, significa dizer que é sujeito de direito todo aquele a quem a norma jurídica impõe obrigações e direitos em âmbito civil. Sendo suscetível de direito àquele que possui um dever jurídico, uma pretensão ou uma finalidade jurídica, caracterizando-se, assim, o poder de fazer valer, através de uma ação, o cumprimento de um dever jurídico, podendo, dessa forma, intervir na decisão judicial.

1.1 PESSOA DE DIREITO

O conceito geral de pessoa teve significativas alterações no decorrer do tempo. Segundo Brunello (1897, *apud* STANCIOLI, 2010, p. 29): “O nome pessoa parece tomado de outra fonte, a saber, aquelas máscaras que, nas comédias e tragédias, representavam os homens que se interessavam em representar”. Compreende ainda, que: “característica essencial da pessoa é a personalidade, que

exprime a aptidão genérica para adquirir direitos e contrair obrigações”. Portanto, personalidade, é atributo jurídico que se dá a um ser status de pessoa. Nesse sentido:

[...] ser pessoa é apenas ter a possibilidade de ser sujeito de direito. Ser sujeito de direito é estar na posição de titular de direito. Não importa se, se é munido de pretensão e ação, ou exceção. Mas importa que haja direito. Se alguém não está em relação de direito, não é sujeito de direito: é pessoa; isto é, o que pode ser sujeito de direito, além daqueles direitos que o ser pessoa produz. O ser pessoa é fato jurídico: com o nascimento, o ser humano entra no mundo jurídico, como elemento do suporte fático em que o nascer é o núcleo. [...] a personalidade é a possibilidade de se encaixar os suportes fáticos, que pela incidência das regras jurídicas, se tornem fatos jurídicos, portanto, a possibilidade de ser sujeito de direito. [...] Personalidade é o mesmo que (ter) capacidade de direito, poder ser sujeito de direito (MIRANDA, 1972, p. 207-209).

Na antiga Roma, o termo *persona* originalmente se referia a todos os homens, com o objetivo de diferenciá-los dos animais. Contudo, os escravos, embora chamados *personas*, não eram retirados da condição de objeto. Conforme o entendimento de Caio Mário:

No direito romano o escravo era tratado como coisa, era desprovido da faculdade de ser titular de direitos, e na relação jurídica ocupava a situação de seu objeto, e não de seu sujeito. Enquanto durou a instituição da escravidão, e onde ainda subsiste, na Idade Moderna, a situação jurídica do que a ela é submetido importa em permanente e inegável inferioridade, não obstante os esforços contrários dos espíritos bem formados. No direito brasileiro, a ideia da concessão de personalidade a todo ser humano vigorou mesmo ao tempo da escravidão negra, muito embora o regime jurídico do escravo não o equiparasse ao homem livre. Hoje o direito reconhece os atributos da personalidade com um sentido de universalidade, e o Código Civil o exprime, afirmando que toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil (art. 1º). O Código de 1916 empregava a palavra *homem*, mas na acepção de todo ser humano, de todo indivíduo pertencente à espécie humana, ao *humanum genus*, sem qualquer distinção de sexo, idade, condição social ou outra. (MÁRIO, 2004, p. 213-215)

Até mesmo no período escravista brasileiro vigia a ideia de que a personalidade era estendida a todos os seres humanos, porém, o tratamento jurídico dos escravos não era igual ao dos homens livres. O código civil brasileiro de 1916, no art. 2, concedia a personalidade jurídica a qualquer ser humano.

No direito brasileiro, a ideia de concessão de personalidade a todo ser humano vigorou no mesmo tempo da escravidão negra, muito embora o regime jurídico do escravo não o equiparasse ao homem-livre. Hoje o direito reconhece os atributos da personalidade com um sentido de universalidade, e o Código Civil de 1916 o exprime, afirmando que todo homem é capaz de direitos e obrigações na ordem civil (art. 2), empregada a palavra de homem

na acepção de todo ser humano, todo individuo pertence à espécie humana, ao *humanum genus*, sem qualquer distinção de sexo, idade, condição social ou outra, conceito aconselhável no novo código (PEREIRA, 2001, p.143).

Observa-se que a personalidade constitui-se por uma criação do direito. Por esse fato, diz-se que personalidade é qualidade ou valor jurídico. A personalidade não se caracteriza de forma natural, tanto é que, no período escravista, à exemplo, os escravos, não possuíam personalidade atribuída. Os escravos eram, dessa forma, considerados como coisas perante o ordenamento jurídico.

No período pós-clássico, essa ideia torna-se obsoleta e, a partir de então, com um sentido mais técnico, o termo pessoa é usado para designar o homem, como ser dotado de personalidade jurídica. Desvincula-se então, o termo pessoa das demais acepções dadas a ele, assim o termo passa a designar o ente que tem atribuição de direitos e obrigações. Eberle (2006, p. 30) aduz que: “O ser pessoa naquele momento histórico resultava não de um fato da natureza, mas de um ato de personificação jurídica que só a ordem jurídica poderia praticar”.

Para Cortiano Júnior (1998): “o termo pessoa não é somente um dado ontológico, uma vez que traz consigo uma série de valores que lhe são inerentes, como sua dignidade, centro de sua personalidade”. Não estando o direito apenas centrado funcionalmente em torno do conceito de pessoa, mas, protegendo, assim, também, o sentido e a finalidade do termo.

O Direito rege e organiza a sociedade, a esse respeito, afirma Venosa (2007, p. 123 e 124): “O direito regula e ordena a sociedade, pois, não existiria sociedade sem direito e nem direito sem sociedade”. Para o referido autor, a sociedade é composta somente por pessoas, entendendo que os animais e as coisas podem ser somente objetos de direito, jamais podendo ser considerados sujeitos de direito, qualidade esta que afirma ser exclusiva das pessoas. Ainda, Miranda (2000, p. 349) entende que:

Pessoa, depende do sistema jurídico. Desde o momento em que a regra jurídica diz que A pode ter direitos, ainda que só o direito b, assim sendo, A é pessoa, porque a possibilidade de ter direito já caracteriza o direito de personalidade. Se nem sempre há direito à personalidade, é tautológico que ter personalidade é ter direito de personalidade.

Cabe frisar que no sentido técnico-jurídico, pessoa não exprime somente o homem singular ou natural. Existem entidades e criações jurídicas, que foram

personalizadas ou personificadas por força de lei, para fins de várias ordens, as quais também se atribui o termo pessoa. Todavia, o ordenamento jurídico faz a distinção ao termo pessoa, aplicando qualificações e características que as diferenciam: ao homem designa de pessoa física ou natural, às entidades jurídicas personalizadas, pessoas jurídicas, pessoas coletivas, pessoas morais, pessoas fictícias, místicas, abstratas, etc. Conforme esse entendimento, pessoas jurídicas são:

Designadas como pessoas morais (no direito francês), como pessoas coletivas (no direito português), como pessoas civis, místicas, fictícias, abstratas, intelectuais, de existência ideal, universais, compostas, universalidades de pessoas e de bens". (DINIZ, 2007, p. 228)

Nesse sentido, Diniz (2007, p. 229) assegura que: "pessoa jurídica é a unidade de pessoas naturais ou de patrimônios, que visa à consecução de certos fins, reconhecida pela ordem jurídica como sujeito de direitos e obrigações". É cabível o entendimento de que, pessoa natural possui sua existência legal fixada no momento do nascimento com vida, caracterizando um fato natural, ao que, pelo contrário, pessoa jurídica possui sua essência atribuída legal e juridicamente, uma vez que se funda no direito positivo. Assim, a qualificação é atribuída no fato de haver decorrida a existência da pessoa ou pela sua personificação civil.

Ainda, podem ser encontradas outras expressões dentro da literatura jurídica para o termo pessoa jurídica, tais como: pessoal social, pessoal legal, pessoa moral, pessoa universal, pessoa coletiva, pessoa incorpórea e pessoa de existência legal. Necessário se faz lembrar que as pessoas naturais representam as pessoas jurídicas pela outorgação de poderes. A atribuição desses poderes deve ser cumprida por vontade do delegatário ou mandatário.

Compreende-se que não há pessoa sem direito; quem é pessoa pode ser sujeito de direito e já o é do direito de personalidade. Vale salientar que na matéria de direito, pessoa natural e jurídica são semelhantes, ambas podem contrair obrigações e serem titulares de direitos. Entretanto, semelhantes, não significam iguais, existindo diferenças entre as duas. O homem, por sua natureza, é uma realidade fática, sua personalidade não é concedida pelo legislador, mas sim reconhecida. Em contrapartida, a pessoa jurídica tem sua personalidade concedida pela lei de forma que atenda à necessidade humana.

Assim, Venosa (2004, p. 124) esclarece que: “Designamos pessoa a todo ser humano, mas, no sentido jurídico, pessoa, é o ente suscetível de direitos e obrigações”. No direito moderno, tanto o homem como as entidades personificadas, ou seja, grupos sociais que se denominam pessoas jurídicas, são pessoas em âmbito jurídico.

Portanto, embora se assemelhem no fato de que ambas têm personalidade jurídica e estejam aptas a contrair obrigações e terem direitos, deve-se ressaltar que essa personalidade é imputada por diferentes razões. O ser-humano tem sua personalidade advinda da sua natureza, independentemente de qualquer lei. A pessoa jurídica tem sua personalidade adquirida através da vontade de pessoas que assim estabeleceram em lei.

1.2 ENTE DESPERSONALIZADO COMO SUJEITO DE DIREITO

Em seara jurídica, caracterizam-se como entes despersonalizados: o espólio, a sociedade irregular, a herança jacente, a herança vacante, o condomínio edilício e a massa falida, sendo assim definidos pelo art. 75 do Código de Processo Civil brasileiro de 2002. Por ser o termo “entes despersonalizados” uma criação doutrinária e não definida em lei, não raro são encontradas variações de nomenclatura, sendo possível chamá-los também de sujeitos de personalidade reduzida, grupos de personificação anômala ou entes atípicos. Dessa forma, Gonçalves (2000, p. 194) entende:

Nem todo grupo social constituído para a consecução de fim comum é dotado de personalidade. Alguns, malgrado possuam características peculiares à pessoa jurídica, carecem de requisitos imprescindíveis à personificação. Reconhece-lhes o direito, contudo, na maioria das vezes, da representação processual.

Ao conceder a esses entes a possibilidade de ser parte na relação processual, o art. 75 do Código de Processo Civil traz uma problemática para o ordenamento jurídico, visto que os entes passam a se classificar como sujeitos de direito, o que não era possível anteriormente. Embora tenha sido conferido a estes entes uma série de faculdades, esses não foram por conta disso enquadrados na categoria de pessoa jurídica, segundo ensina Diniz (2014, p. 340):

Há entidades que podem ser subsumidas ao regime legal das pessoas jurídicas do código civil, por lhes faltarem requisitos imprescindíveis à subjetivação, embora possam agir, sem maiores dificuldades, ativa ou passivamente.

Os entes despersonalizados possuem direito de postular jurisdicionalmente independentemente da existência de um direito material, à exemplo das sociedades irregulares e dos condomínios, que participam ativamente das relações jurídicas, podendo constituir sujeitos das mais diversas relações, uma vez que emitem cheques, compram, vendem, contratam empregados etc.

As pessoas jurídicas de direito privado estão elencadas pelo art. 44 do Código Civil brasileiro, sendo assim, somente os entes listados taxativamente pelo referido artigo são considerados pessoas jurídicas. É necessário o preenchimento de três requisitos que, segundo a lição de Pereira (1991, p. 200), quais sejam: “Vontade humana criadora, a observância das condições legais de sua formação e a liceidade de seus propósitos”.

Sendo assim, os entes despersonalizados não atendem os pressupostos legais para atingirem a condição de pessoas jurídicas. Contudo lhes é conferido pela lei à faculdade de participação, em determinadas relações jurídicas, como sujeitos de direito. Sendo a relação processual um exemplo disso.

Diferente das pessoas físicas e jurídicas os entes despersonalizados não possuem personalidade reconhecida por lei, porém, há a existência de legitimidade para que figurem como sujeitos de direito na relação processual tanto de forma ativa quanto de forma passiva.

1.3 OBJETO JURÍDICO

Como exposto anteriormente, a relação jurídica é composta por 3 (três) elementos, os sujeitos, ativo e passivo, o vínculo e o objeto jurídico da relação. A doutrina nos traz algumas definições do que é objeto jurídico, assim, entende Gonçalves (2009, p. 229): “Objeto da relação jurídica é tudo o que se pode submeter ao poder dos sujeitos de direito, como instrumento de realização de suas finalidades jurídicas”. Ainda, conforme o seguinte entendimento:

Portanto, os bens são coisas, porém nem todas as coisas são bens. As coisas são o gênero do qual os bens são espécies. As coisas abrangem

tudo quanto existe na natureza, exceto a pessoa, mas como “bens” só se consideram as coisas existentes que proporcionam ao homem uma utilidade, sendo suscetíveis de apropriação, constituindo então, o seu patrimônio (DINIZ, 2003, p. 246).

Alguns pressupostos são necessários para que o bem seja objeto na relação jurídica privada. Segundo Maria Helena Diniz, são eles:

- a) Idoneidade para satisfazer um interesse econômico: Significa dizer que, embora tenham precioso valor para o homem, elementos morais da personalidade são excluídos da noção de bem. São bens não econômicos e sim prolongamentos da personalidade.
- b) Gestão econômica autônoma: O bem deve possuir uma autonomia econômica, constituindo uma entidade econômica distinta.
- c) Subordinação jurídica ao seu titular: É considerado bem somente aquele que é dotado de uma existência autônoma e possível de submeter-se ao domínio das pessoas. (Diniz, 1997, s. p.)

Há que se ressaltar que a distinção entre bens e coisas não é fácil de ser realizada, uma vez que alguns doutrinadores exprimem a diferença entre ambos de maneira distinta. A exemplo, Fiúza (2004, p. 171) aduz que: “Bem é tudo aquilo que é útil às pessoas”. Portanto, bem é tudo o que pode ser suscetível de apropriação pelo indivíduo.

Sendo assim, bens são valores materiais ou imateriais que podem vir a ser objeto de relação jurídica. São bens jurídicos os que possuem natureza patrimonial, ou seja, tudo o que possa ser incorporado ao patrimônio do sujeito: uma casa, um carro, um livro etc. E, ainda, há uma classe de bens jurídicos não-patrimoniais, os quais não são passíveis de auferir valor econômico, por exemplo: a vida, a saúde, a liberdade e a honra.

Dessa forma, os bens podem ser classificados como móveis e imóveis, corpóreos e incorpóreos, fungíveis e infungíveis, consumíveis e inconsumíveis, divisíveis e indivisíveis, singulares e coletivos, comercializáveis ou não-comercializáveis, principais e acessórios e públicos ou particulares. Sendo bem o objeto da relação jurídica.

1.4 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

Não é possível aplicar a mesma norma a todos os bens jurídicos existentes, portanto o legislador pátrio se dispôs a classificar as várias espécies de bens para

diferencia-los tanto no modo de adquiri-los e aliena-los como também nos atos que o titular do bem pode praticar.

O Código Civil se utiliza de quatro critérios para classificar os bens. Nos artigos 79 a 91 foram examinados considerando-os em si mesmos, atendo-se à sua fungibilidade, mobilidade, etc. Nos artigos 92 a 97 passaram a ser examinados com relação aos outros, sendo classificados em principais e acessórios. Nos artigos 98 a 103 foram separados em particulares e públicos analisados conforme sua relação com o titular do domínio. Por fim foram divididos em coisas dentro e fora do comércio, quando analisados conforme sua suscetibilidade de serem negociados

Quando considerados em si mesmos os bens podem ser: corpóreos e incorpóreos. Corpóreos, quando a existência é material e incorpóreos quando são relativos a direitos das pessoas sobre coisas, produtos de seu intelecto ou contra outras pessoas, que apresentem valor econômico.

Os bens podem também ser móveis e imóveis. Neste ponto, existem algumas subclassificações, há quatro tipos de bens imóveis, e são eles, conforme aduz Gonçalves (2014, p. 235 e 236): “Imóveis por natureza: A rigor, somente o solo, com sua superfície, subsolo e espaço aéreo, é imóvel por natureza. Tudo o mais a que ele adere deve ser classificado como imóvel por acessão. Imóveis por acessão natural: Incluem-se nessa categoria as árvores e os frutos pendentes, bem como todos os acessórios e adjacências naturais. Imóveis por acessão artificial: O homem também pode incorporar bens moveis, como materiais de construção e sementes, ao solo, dando origem às acessões artificiais ou industriais.

Conforme ensina Diniz (2014, p. 379), os bens ainda podem ser: “Imóveis por determinação legal: São definidos pelo artigo 80 do Código Civil e seus incisos I e II, sendo eles os direitos reais sobre imóveis, as ações que os asseguram e o direito à sucessão aberta. Esses bens, em si, não são móveis ou imóveis, porém para maior segurança das relações jurídicas o legislador os considera imóveis. Quanto aos bens móveis, estes têm três subdivisões, as quais segundo Diniz (2014, p. 379) são:

Moveis por natureza: São coisas corpóreas suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social deles. Móveis por antecipação: Quando a vontade humana mobiliza bens imóveis, em função da finalidade econômica. “Móveis por determinação legal: São as energias que possuam valor econômico.

Assim, foi o que fez nosso legislador ao discorrer várias classificações para os bens existentes, considerando o fato de que as mesmas normas devem ser aplicadas para todos. Isto posto, tanto ao que afeta a forma em que os bens possam ser adquiridos ou alienados, como quanto às ações que o titular destes bens pode praticar.

No que se refere aos semoventes, estes são considerados como bens, as normas referentes a eles encontram-se dispostas na parte que trata sobre direito das coisas. O que significa dizer que os animais são suscetíveis aos donos e os limites legais que tratam da propriedade.

Dentro desse contexto, é possível analisar os animais como bens semoventes e disciplinados por meio da legislação que trata de propriedade observando, a exemplo, o amplo comércio de animais. Assim, conforme entende Gonçalves (2014, p. 239):

Semoventes – São os suscetíveis de movimento próprio, como os animais. Movem-se de um local para o outro por força própria. Recebem o mesmo tratamento jurídico dispensado aos bens móveis propriamente ditos. Por essa razão, pouco ou nenhum interesse prático há em distingui-los.

Para o estudo deste trabalho as outras classificações dos bens não são relevantes, tendo em vista tratar dos bens semoventes, mister se faz a diferenciação de corpóreos e incorpóreos e móveis e imóveis. Diante do exposto, entende-se que objetos de direito são bens, de várias espécies, possuindo relevância no ordenamento jurídico e por isso precisam ser tutelados. Dentro das relações jurídicas, os bens são objetos desta, sendo submetidos à vontade dos sujeitos de direito conforme determinar a legislação que tutela este bem.

Alguns objetos passaram a caracterizar-se como sujeitos de direito por força legal. É possível visualizar isso ao analisar a situação do espólio que, anteriormente, fora tratado como objeto na relação jurídica, contudo, necessitou em determinado momento, de capacidade postulatória, recebendo assim a caracterização, mediante lei, de ente despersonalizado. Passando a possuir, então, características inerentes aos sujeitos de direito, mesmo não sendo classificado como pessoa.

Quanto aos sujeitos de direito, esses possuem papel fundamental dentro da relação jurídica, diferente dos objetos, são os sujeitos que movem a relação, tendo em vista sua capacidade postulatória e sua imposição de vontades sobre os bens,

diante do que a lei determina. É o caso, por exemplo, do dono do bem semovente, que possui direitos e obrigações com relação ao animal.

Todavia, embora a personalidade seja característica essencial dos sujeitos de direito, o legislador também a concede aos entes despersonalizados, como já fora citado, características suficientes para que estes sejam também considerados sujeitos e possam exercer este papel dentro da relação jurídica.

Não se vislumbra na legislação pátria e nem mesmo na doutrina que trata do assunto, nenhum impedimento sobre um bem ser tratado pela lei como objeto jurídico e também como sujeito de direito. É possível perceber, por exemplo, no caso dos escravos que, mesmo tidos como objetos na relação jurídica, em algumas normas lhes era dado o tratamento de sujeito de direito.

A respeito deste assunto, há de se ressaltar que no próprio período escravista brasileiro os escravos tinham prerrogativas como a de juntar dinheiro e comprar sua liberdade, receber herança e até mesmo casar. Mesmo com essas prerrogativas, não deixavam de ser tratados como objeto, sendo permitido seu comércio e tendo subordinação ao seu proprietário. Também temos no ordenamento brasileiro o caso dos entes despersonalizados, que outrora eram tratados como objeto dentro das relações jurídicas.

Dessa forma, observa-se que a legislação não é estática, devendo esta, adequar-se ao que as necessidades da sociedade exigem, uma vez que estas mudam conforme seu progresso. O ordenamento deve acompanhar a evolução social para que o direito não se torne obsoleto. Sendo a relação jurídica a base essencial do direito, uma vez que trata das relações sociais que tem efeito no mundo jurídico. Os elementos desta também devem acompanhar as necessidades sociais, sendo possível sua modificação ao longo do tempo. Assim, nada impede que um bem seja objeto e sujeito ao mesmo tempo, ou que este passe a ser tratado como sujeito de direito, conforme a necessidade social.

2 VISÃO ANTROPOCÊNTRICA E NÃO ANTROPOCÊNTRICA (BIOCÊNTRICA)

A perspectiva antropocêntrica percebe o homem como ser superior a todas as demais formas de vida, enquanto que os animais só merecem proteção enquanto bens de base econômica, destinados à satisfação das utilidades sociais. Deixa de reconhecer, assim, que na verdade há uma íntima relação de dependência entre o homem e os animais, ou meio ambiente, configurando as partes que formam o conjunto Terra, que deve apresentar-se sempre de maneira harmônica, uma vez que tudo está conectado.

É sabido que, conforme o entendimento de Milaré (2007, p. 97): “o crescimento das civilizações se construiu com recursos propiciados pelo mundo natural”, e ainda, “o esplendor daquelas se levantou às custas de riscos incalculáveis e de humilhações deste último”.

Assim, despontou-se uma intrigante questão. Qual das duas entidades seria a mais importante? A prioridade seria somente a espécie humana ou ao ecossistema planetário como um todo? Ambos poderiam se unir para se preservarem mutuamente?

Diante desta questão, duas correntes de pensamento surgiram, uma que coloca o homem no centro incontestável de tudo sobre a Terra, intitulada de: Antropocentrismo, e outra que demonstra a importância do meio ambiente para a existência do homem, conhecida como: Não antropocentrismo ou biocentrismo.

2.1 ANTROPOCENTRISMO

Desde os primórdios, a relação entre seres humanos e animais foi encarada de maneira antropocêntrica, isto é, por meio de uma visão que tem o homem como referencial, governante dos demais seres vivos. Há de se frisar que não havia a conscientização de que a sobrevivência humana está condicionada à sua interação com o meio ambiente, uma vez que a ideia de proteção da natureza não advinha de uma percepção da utilidade e necessidade dos animais para o homem.

Inicialmente, torna-se necessária a explicação do que vem a ser a visão antropocêntrica da sociedade como um todo, tendo em vista que quando se aborda a temática do reconhecimento do direito dos animais, este conceito se faz de suma importância. Ocorre que, existem três modelos de visão antropocêntrica, quais

sejam: antropocentrismo puro, antropocentrismo intergeracional e o não antropocentrismo (biocentrismo).

Segundo a concepção do modelo antropocentrista puro, o homem é o único capaz de se comunicar, e, portanto, sendo o prisma de todos os valores. Nesse sentido, podem ser citados como representantes desse pensamento, os filósofos Aristóteles e São Tomás de Aquino.

Sob esse contexto, a concepção Aristotélica adota a crença de que existe uma cadeia da vida, onde os animais preencheriam posição inferior, uma vez sendo eles destituídos de racionalidade. Assim, os animais possuiriam alma sensitiva, mas, não, imaginativa, o que significa dizer que, poderiam sentir, porém, não seriam capazes de imaginar. Portanto, não possuiriam inteligência. A capacidade de elaborar e discursar seria tão somente atribuída ao homem. Nessa acepção, Aristóteles (1951): “A família se formou da mulher e do boi feito para lavra. O boi serve de escravo aos pobres”. Nessa concepção, Aristóteles (2010, p. 15-19) afirmara que os animais foram criados para suprir necessidades da espécie humana:

A utilidade dos escravos é mais ou menos a mesma dos animais domésticos: ajudam-nos com sua força física em nossas necessidades quotidianas. [...] as plantas existem para os animais como os animais para o homem. Dos animais, os que podem ser domesticados destinam-se ao uso diário e à alimentação do homem, e dentre os selvagens, a maior parte pelo menos, senão todos, lhes fornece alimentos e outros recursos, como vestuários e uma porção de objetos de utilidade; e, pois, se a natureza nada faz em vão e sem um objetivo, é claro que ela deve ter feito isso para o benefício da espécie humana.

Assim, a superioridade do homem se daria, sobretudo, pelo dom da comunicação, mais especificamente, pelo dom da palavra. Assim, encara-se de maneira natural a dominação do homem sob o animal, bem como se compara essa proeminência ao homem que, a exemplo, só possui força física, sendo o homem que possui ideias, superior àquele. Dessa forma, o animal é tido dentro de um cenário escravista. Dessa forma, Milaré (2007, p. 98):

Esta visão teve grande força no mundo ocidental, em virtude das posições racionalistas, partindo-se do pressuposto de que a razão (ratio) é atributo exclusivo do homem e se constitui no valor maior e determinante da finalidade das coisas.

Segundo Milaré (2007, p. 98): “a tradição judaico-cristã reforçou esta posição de suposta supremacia absoluta e incontestável do ser humano sobre todos os demais seres”. Observa-se, desta forma, a influência da religião sob a visão antropocêntrica. Nesse sentido:

O cristianismo trouxe ao mundo romano a ideia da singularidade da espécie humana, ideia que tinha herdado da tradição judaica mas na qual insistia com grande ênfase devido à importância que atribuía à alma imortal dos homens. Aos seres humanos – e só a eles, de entre todos os seres vivos existentes na terra – estava destinada uma vida após a morte do corpo. Foi esta noção que introduziu a ideia caracteristicamente cristã do caráter sagrado de toda a vida humana (SINGER, 2008, p. 178).

O referido autor, em seu livro *Ética Prática*, compreende ainda que:

As atitudes ocidentais ante a natureza são uma mistura daquelas defendidas pelos hebreus, como encontramos nos primeiros livros da Bíblia, e pela filosofia da Grécia antiga, principalmente de Aristóteles. Ao contrário de outras tradições da Antiguidade, como, por exemplo, a da Índia, as tradições hebraicas e gregas fizeram do homem o centro do universo moral; na verdade, não apenas o centro, mas, quase sempre, a totalidade das características moralmente significativas deste mundo (SINGER, 2002, p. 280-281).

O desejo do ser humano em ser o ponto central de tudo fez com que colocasse os demais seres vivos como mero serventes de sua ambição, conforme o entendido por Milaré (2011, p. 113): “O homem ocidental desenvolvido sucumbiu à tentação de fazer-se, ele próprio, o centro do mundo, proclamando que a glória dos demais seres estaria em servi-lo”. Em outras palavras, o antropocentrismo, faz do homem centro de tudo que se desenvolve na terra. Sob esse contexto:

Mesmo considerando-se “centro”, o Homem distancia-se dos demais seres e, de certa maneira, posta-se diante deles em atitude de superioridade absoluta, abertamente antagonica. Surgem assim as relações equivocadas (para não chamá-las às vezes perversas) de dominador x dominado, de razão x matéria, de absoluto x relativo, de finalidade última x instrumentalidade banal destituída de valor próprio (MILARÉ, 2004, p.42).

Ainda sob essa perspectiva:

Ao reduzir a natureza à matéria-prima sobre a qual o homem soberano inscreve o sentido histórico do processo de desenvolvimento, a ciência moderna provoca uma ruptura ontológica entre o homem e a natureza na base da qual outras se constituem (ou reconstituem), tais como a ruptura entre as ciências naturais e as sociais. A natureza é desumanizada e o homem, desnaturalizado, e assim se criam as condições para que este

último possa exercer sobre a natureza um poder arbitrário, ética e politicamente neutro (SANTOS, 1933, p. 61).

Seguindo essa linha de raciocínio, Tomás de Aquino (*apud* DIAS, 2004, s.p.) compreende: “ninguém peca por usar uma coisa para o fim a que foi feita. As plantas vivem em função dos animais e os animais das plantas”. Dessa forma, o antropocentrismo puro reconhece que o animal seja capaz de sentir dor e prazer, todavia, não possui espiritualidade, sendo incapaz de distinguir um ato de justiça ou um ato de injustiça, e, assim, não merecem consideração moral.

Assim, observa-se que o homem, com o passar do tempo firmou sua identidade em relação ao meio ambiente, posicionando-se com uma individualidade soberana, superior e autônoma em relação a este, criando uma ciência do ser totalmente distinta entre o mundo dos homens e o mundo das coisas.

2.2 ANTROPOCENTRISMO INTERGERACIONAL

O antropocentrismo possui sua visão tradicionalmente ontológica, voltada para a reflexão do ser homem. Todavia, a diminuição da força desse pensamento surgiu no período renascentista, quando iniciou-se o pensamento moderno e humanista com relação aos animais. Nesse sentido, assim dispõe Ferry (2009, p. 78), sobre a tradição humanista:

O homem é o único ser que possui direitos; o objetivo último de sua atividade moral e política não é de início a felicidade, mas sua liberdade; é esta última que funda o princípio da ordem jurídica, e não primordialmente a existência de interesses a proteger; apesar de tudo, o ser humano está ligado por certos deveres para com os animais, em particular o de não lhes infligir sofrimentos inúteis.

Embora o antropocentrismo apresente-se de maneira dogmática, é possível a mitigação de seu conceito, segundo Benjamin (2001, p. 160): “Tais versões mitigadas podem ser classificadas em antropocentrismo intergeracional e antropocentrismo do bem-estar dos animais também chamado de não-antropocentrismo”. Consistindo estas em visões mais brandas, aderidas com o decorrer do tempo, com uma percepção mais aprofundada sobre o assunto, conforme o entendimento que segue:

A equidade intergeracional permite que se reconheçam valores intrínsecos aos seres vivos não humanos, já que tal modelo ético pressupõe que a necessidade de proteção do patrimônio ambiental decorre da necessidade de se garantir os direitos das gerações futuras. (LEITE, 2003, p. 241)

Assim, a categoria antropocêntrica dita intergeracional, tem como pilar a solidariedade entre os indivíduos, bem como com as gerações futuras. Constitui uma forma mais ampla e desenvolvida da visão antropocêntrica clássica, construída sobre a ética e a solidariedade, uma vez que, preocupa-se com as condições de vida presentes e futuras do homem.

A solidariedade à qual se refere a visão antropocêntrica intergeracional, funda-se em argumentos que direcionam a proteção e conservação da natureza, com o objetivo de assegurar a perpetuação da espécie humana dentro dos padrões atuais. Nesse sentido, segundo Benjamin (2001, p. 158): “Um dos pilares da noção de sustentabilidade é exatamente a solidariedade intergeracional”.

Todavia, faz-se interessante perceber que a noção antropocêntrica intergeracional não deixa de lado a visão do homem de um mundo onde exista à pré-existência de coisas, como se observa no trecho que segue:

A tendência atual é evoluir para um panorama muito menos antropocêntrico, em que a proteção da natureza, pelos valores que representa **em si mesma**, mereça um substancial incremento. A natureza precisa de proteção de per si e por seu próprio fundamento. [...] A proteção individual do animal de modo algum quebra com a visão holística que se deve ter do meio ambiente e seus componentes, mas ao contrário, embora privilegie a consideração individual de cada animal, tendo-o de acordo com **seu valor de per si** e valorando eticamente seu sofrimento face a atos humanos atentatórios ao bem-estar individual do animal. (LEITE, 2003, p. 215). (Grifo nosso)

A inclusão de medidas protetoras ao meio ambiente, se deu com a percepção da necessidade do meio ambiente equilibrado para a garantia de uma boa qualidade de vida a toda população e gerações futuras. Nesse sentido, Leuzinger (2002, p. 27) entende que: “O sentido de proteção, portanto, não encerra um caráter altruísta do homem em relação aos demais seres vivos, mas, sim, uma necessidade de preservá-los para que a sua própria existência seja resguardada”.

Assim, cada vez mais se tornou evidente a necessidade de proteção do meio ambiente, tendo em vista a dependência da relação entre os homens e os demais seres vivos. As duas esferas dessa conexão estão intimamente ligadas em uma relação mútua e contínua. Uma não vive sem a outra, fazendo com que essa

interação mantenha a integridade do meio ambiente e conseqüentemente das gerações futuras.

2.3 NÃO ANTROPOCENTRISMO (BIOCENTRISMO)

A palavra biocentrismo surgiu do grego bios "vida", ekentron "centro", ou seja, todas as formas de vida são importantes e não somente o homem como prega o antropocentrismo.

Importante ressaltar que o termo “bios”, não se refere apenas à totalidade dos seres vivos, mas sim, segundo o entendimento de Ferry (2009, p.148) ao: “conjunto dos elementos que, no âmbito da ecoesfera, contribuem para a manutenção e para o desenvolvimento da vida em geral”.

Segundo a visão biocentrista, a existência dos animais não se dá somente com a finalidade de atender as funções do ser humano, como se estes fossem meros instrumentos a seu serviço. Não se justificando manter determinada espécie senão para conceder-lhe chances de uma vida digna. Hans Jonas propõe que a responsabilidade humana deve ser ampliada de maneira que abrace o meio ambiente e todos os seus elementos vivos. Como aduz nos seguintes moldes:

[...] E se o novo modo do agir humano significasse que devêssemos levar em consideração mais do que somente o interesse ‘do homem’, pois nossa obrigação se estenderia para mais além, e que a limitação antropocêntrica de toda ética antiga não seria mais válida? Ao menos deixou de ser absurdo indagar se a condição da natureza extra-humana, a biosfera no todo e em suas partes, hoje subjugadas ao nosso poder, exatamente por isso não se tornaram um bem a nós confiados, capaz de nos impor algo como uma exigência moral – não somente por nossa própria causa, mas também em causa própria e por seu próprio direito. Se assim for, isso requereria alterações substanciais nos fundamentos da ética. Isso significaria procurar não só o bem humano, mas também o bem das coisas 138 extra humanas, isto é, aplicar o reconhecimento de ‘fins em si’ para além da esfera do humano e incluir o cuidado com estes no conceito de bem humano. Nenhuma ética anterior (além da religião) nos preparou para um tal papel de fiel depositário – e a visão científica de natureza menos ainda (JONAS, 2006, p. 41).

Para Sirvinskas (2015, p. 626): o não antropocentrismo ou biocentrismo, “procura conciliar as duas posições extremas, colocando o meio ambiente e o homem no centro do universo”. Enquanto o antropocentrismo defende o ser humano como o centro das preocupações ambientais, o não antropocentrismo busca equilibrar os dois lados (ser humano e meio ambiente). A visão antropocêntrica

assegura a responsabilidade do homem para com a natureza, enquanto o não antropocentrismo assegura os deveres do homem perante a natureza. Em outras palavras, a visão não antropocêntrica defende que a natureza é titular de direitos, assim como o homem.

Deste modo, Ilka Duarte (2008) entende que: “a natureza possui um valor intrínseco, não atrelado ao homem, ou seja, possui autonomia, detém direitos, à revelia de qualquer utilidade ou implicação para o ser humano”. Neste sentido, segue o sentido ensinamento:

Sabemos que os seres naturais não-humanos não são capazes de assumir deveres e reivindicar direitos de maneira direta, explícita e formal, embora sejam constituintes do ecossistema planetário, tanto quando o é a espécie humana. A Ciência não tem força impositiva ou de coação; por isso exige que o Direito tutele o ecossistema planetário. Tal exigência baseia-se no fato de que o mundo natural tem seu valor próprio, intrínseco e inalienável, uma vez que ele é muito anterior ao aparecimento do Homem sobre a Terra. As leis do Direito Positivo não podem ignorar as leis do Direito Natural (MILARÉ, Édis, 2011, s. p.).

Por volta de 1641, surge a influência do filósofo René Descartes, com a publicação de sua obra intitulada "Meditações", na qual argumentava que os animais não possuem alma e não sentiriam dor. Fazendo do homem a representação da soberania sobre as demais espécies. Em oposição a esta concepção, surge, em meados de 1754, Rousseau, que demonstra em sua teoria a existência de divergências entre homens e animais, afirmando que o homem pode criar o seu destino através de suas escolhas, já o animal, vive a submissão a qual o foi dada. Posteriormente, o filósofo iluminista francês Voltaire, conhecido pela sua opinião acerca dos animais, respondeu a Descartes, através do seu Dicionário Filósofo:

Que ingenuidade, que pobreza de espírito, dizer que os animais são máquinas privadas de conhecimento e sentimento, que procedem sempre da mesma maneira, que nada aprendem, nada aperfeiçoam! Será porque falo que julgas que tenho sentimento, memória, ideias? Pois bem, calo-me. Vês-me entrar em casa aflito, procurar um papel com inquietude, abrir a escrivaninha, onde me lembra tê-lo guardado, encontrá-lo, lê-lo com alegria. Percebes que experimentei os sentimentos de aflição e prazer, que tenho memória e conhecimento. Vê com os mesmos olhos esse cão que perdeu o amo e procura-o por toda a parte com ganidos dolorosos, entra em casa agitado, inquieto, desce e sobe e vai de aposento em aposento e enfim encontra no gabinete o ente amado, a quem manifesta sua alegria pela ternura dos ladridos, com saltos e carícias. Bárbaros agarram esse cão, que tão prodigiosamente vence o homem em amizade, pregam-no em cima da mesa e dissecam-no vivo para mostrarem-te suas veias mesentéricas. Descobres nele todos os mesmos órgãos de sentimentos de que te gabas.

Responde-me maquinista, teria a natureza entrosado nesse animal todos os órgãos do sentimento sem objetivo algum? Terá nervos para ser insensível? Não inquines à natureza tão impertinente contradição (CHUAHY, 2009, p. 12-14)

Com o passar dos anos, a visão antropocêntrica foi perdendo sua força no ocidente. Isto porque muitos cientistas que se ocupavam estudando sobre a questão ambiental, ampliaram seus horizontes para a extrema importância do meio ambiente equilibrado. Entre tantos que abraçaram este estudo, Milaré (2007, p. 98) cita o pensador inglês Keith Thomas, no trecho que segue: “analisou extensa e profundamente as relações da humanidade com o mundo natural, particularmente os animais e as plantas, num estudo que durou três séculos (1500 a 1800)”. Assim, entende o referido autor:

Em fins de século XVII, a própria tradição antropocêntrica sofria acentuada erosão. A aceitação explícita de que o mundo não existe somente para o homem pode ser considerada como uma das grandes revoluções no pensamento ocidental, embora raros historiadores lhe tenham feito justiça”. “Na era cristã, houve contestações ocasionais à autocomplacência antropocêntrica, tal como a dos pensadores céticos, entre os quais Celso, que no século II d. C. atacou tanto os estóicos como os cristãos, afirmando que a natureza existia tanto para os animais e plantas quanto para os homens. Era um absurdo pensar que os porcos foram criados especialmente para servirem de alimento ao homem, dizia Porfírio um século depois: por que não acreditar que o homem fora feito para ser comido pelos crocodilos? (THOMAS, 1996, p. 198)

Neste mesmo sentido, Moreira (2002, s.p.) afirma que a visão antropocêntrica de meio ambiente se mostrou incapaz de garantir uma proteção ambiental adequada.

[...] A visão estritamente utilitarista do meio ambiente, caracterizada pela ótica antropocêntrica, cede lugar, então, ao biocentrismo, que, por sua vez, privilegia a vida em todas as suas formas. Retirando o foco exclusivamente dos interesses do ser humano, busca-se, por meio da visão biocêntrica, proteger tudo o que seja expressão da vida, com o objetivo final de manter a harmonia e equilíbrio nas inter-relações do sistema ambiental – promovendo-se, dessa forma, também o melhor atendimento das necessidades do próprio ser humano, que integra a natureza, assim como os demais seres vivos. À luz de uma ótica biocêntrica, torna-se viável a proteção completa do meio ambiente, uma vez que reconhecido – além dos valores econômicos por ele e por seus elementos representados – o seu valor intrínseco, entendido como inerente ao reconhecimento do meio ambiente como macrobem, sendo de natureza, portanto, essencialmente imaterial.

É sabido que a superioridade do homem e o domínio deste sob o meio ambiente passou por diversos períodos, desde o período Aristotélico à gênese bíblica e ascendendo até os dias atuais. Resta claramente demonstrada que a responsabilidade para com o meio ambiente é crescente, todavia, ocorre que, o exercício de rever conceitos já enraizados na sociedade causa desconforto ao homem, o que faz por adiar a discussão de alguns temas. Observa-se que até meados dos anos 70, o debate acerca do direito dos animais não humanos permaneceu quase que estática.

Dessa forma, a visão antropocêntrica que por muito tempo se manteve como única e indiscutível, foi perdendo seu espaço, mudando o foco do homem para a vida de todos os seres vivos e todos os aspectos a eles inerentes, surgindo assim o não antropocentrismo ou biocentrismo.

Após esse período, alguns estudos realizados com destaque pelo psicólogo britânico Richard Ryder e pelo filósofo australiano Peter Singer em seu livro *Animal Liberation* (2002), fizeram com que ocorresse uma reviravolta no âmbito acadêmico, ao lançarem pilares para a sustentação teórica no que diz respeito à temática do direito dos animais, uma vez que ambos acreditam que o pensamento antropocêntrico da sociedade para com os animais, caracterizado como “especismo”. Conforme se ressalta no seguinte trecho:

O especismo – a palavra não é muito bonita, mas não consigo pensar num termo melhor – é um preconceito ou atitude de favorecimento dos interesses dos membros de uma espécie em detrimento dos interesses dos membros de outras espécies. Deveria ser óbvio que as objeções fundamentais colocadas por Thomas Jefferson e Soujourner Truth relativamente ao racismo e ao sexismo também se aplicam ao especismo. [...] Os racistas violam o princípio da igualdade, atribuindo maior peso aos interesses dos membros da sua própria raça quando existe um conflito entre os seus interesses e os interesses daqueles pertencentes a outra raça. Os sexistas violam o princípio da igualdade ao favorecerem os interesses do seu próprio sexo. Da mesma forma, os especistas permitem que os interesses da sua própria espécie dominem os interesses maiores dos membros das outras espécies. O padrão é, em cada caso, idêntico (SINGER, 2008, p. 6-8).

Dessa forma, entende-se que o especismo nada mais seria do que uma demonstração, exteriorização ou manifestação semelhante ao racismo e ao sexismo. Sob esse contexto, Richard Ryder também acredita que o racismo e o especismo pertencem à mesma ordem, conforme segue o entendimento que segue:

Se examinarmos os argumentos apresentados pelos senhores de escravos, para contrapor aos dos reformistas, podemos ver uma extraordinária semelhança com a opinião expressa nos dias de hoje por aqueles que defendem a exploração de animais nas fábricas de criação, no comércio de peles, laboratórios e em outros lugares. [...] Afinal de contas, afirma o criador de animais, ou o senhor de escravos que suas condições de vida são muito melhores do que nas florestas e, convenhamos, essas criaturas nunca conheceram prazeres refinados e desse modo não podem saber o que estão a perder. O observador não deve julgar os escravos de acordo com seu padrão- e acreditar que eles podem sentir e sofrer de modo semelhante ao seu é 'sentimentalismo'. Acima de tudo, enfatizava-se, a escravidão era imprescindível à sobrevivência econômica (RYDER, p. 36).

Faz-se importante explicar o que vem a constituir o termo especismo, que segundo o entendimento de Richard Ryder (1970, s.p.): “Especismo configura o preconceito alicerçado na espécie, discriminação contra as outras espécies e, por conseguinte, confere-se direitos aos membros de uma espécie em detrimento das demais”. Em outras palavras, especismo caracteriza o preconceito e a discriminação a outras espécies. Sendo sua base enraizada no pensamento humano ocidental e reforçado com o cristianismo. Considerando-se assim, somente o interesse de uma espécie. Conforme compreende Singer (2010, s.p.) no seguinte trecho:

Houve um tempo, lamento dizer que em muitos lugares isso ainda não faz parte do passado, no qual a maior parte das espécies, sob a denominação de escravos, foi tratada pela lei exactamente no mesmo plano que, na Inglaterra, por exemplo, animais de raças inferiores ainda são tratados. O dia chegará, no qual o resto da criação animal adquirirá aqueles direitos que jamais lhes deveriam ter sido negados pelas mãos da tirania. Os Franceses já descobriram que a escuridão da pele não é razão para que um ser humano seja entregue aos caprichos de um torturador. Chegará o dia em que perceber-se-á que o número de pernas, a pilosidade da pele, ou a terminação das vértebras sacrais, são razões igualmente insuficientes para se abandonar um ser sensível à mesma sorte. O que mais há que poderia traçar a linha insuperável? É a faculdade da razão, ou, talvez, a faculdade do discurso? No entanto, um cavalo adulto ou um cachorro, é, além da comparação, um animal mais racional e tratável, do que um bebê de um dia, ou de uma semana, ou mesmo de um mês. [...] A questão não é se eles podem raciocinar, nem se podem falar, mas, podem sofrer?

Ainda no mesmo sentido, Richard D. Ryder aperfeiçoou o conceito de especismo no ano de 1975 em sua obra intitulada *Victims of science*, a qual serviu de largada para outros filósofos e pesquisadores no que diz respeito à relação moral humano/não-humano. De acordo com Ryder (1991, s.p.):

[...] descrever a discriminação generalizada praticada pelo homem contra outras espécies, e para estabelecer um paralelo com o racismo. Especismo

e racismo são formas de preconceito que se baseiam em aparências – se outro indivíduo tem um aspecto diferente, deixa de ser aceito do ponto de vista moral. O racismo é hoje condenado pela maioria das pessoas inteligentes e compassivas, e parece simplesmente lógico que tais pessoas estendam também para outras espécies a inquietação que sentem por outras raças. Especismo, racismo (e até mesmo sexismo) não levam em conta ou sobrestimam as semelhanças entre o discriminador e aqueles contra quem este discrimina e ambas as formas de preconceito expressam um desprezo egoísta pelos interesses de outros e por seu sofrimento.

Ocorre que há um claro paradoxo em torno da questão de como se constituiu a humanidade. Para Felipe Fernández Armesto: "nos últimos trinta ou quarenta anos, investiu-se uma enorme quantidade de pensamento, emoção e luta na defesa da dignidade humana e dos direitos humanos, como consequência, a própria coerência do que se entende por ser humano encontra-se em questão". Ainda, segundo o entendimento que segue:

Antes mesmo que a ideia de "humano" coincidissem com a noção de "direito", "o apelo à noção de humanidade do homem serviu para estabelecer critérios de inclusão e, portanto, também de exclusão social. [...] Nesse jogo de diferenças que produzem diferenças a todo instante Neunschwander (*apud* LOURENÇO, 2008, p. 39 e 40).

Verdade é que, no momento de crise em que se encontra o meio ambiente e com a apresentação cada vez mais frequente de casos de atrocidades cometidos contra os animais, reivindica-se ao legislador a interpretação e aplicação da norma de forma menos positivada, colocando de lado a execução literal do texto da lei. Interpretando-se de forma sistemática os dispositivos legais, abandonando a visão antropocêntrica no que tange a sociedade como um todo e adotando um posicionamento biocêntrico no que diz respeito ao homem e ao meio ambiente. Assim segue o entendimento de Milaré (2011, p. 157) sobre o tema:

Após a Segunda Guerra mundial, mais precisamente nos anos 60, começa-se a tomar uma consciência prática da finitude dos recursos naturais, de forma concreta. Matérias-primas, energia e água, entre outros bens proporcionados pela natureza, tornam-se mais raros e mais caros. Os processos de degradação ambiental, sob várias modalidades, vão se alastrando. Novas crises, mais sérias e globais, desenham-se no horizonte para uma sociedade que, sem embargo, insiste em fechar os olhos e ouvidos para a realidade. Nuvens pesadas encastelam-se sobre os destinos do Planeta. Há um limite para o crescimento, como há um limite para a inconsciência. Foi então que o brado e a luz de Estocolmo se fizeram presentes, para valer. A partir de então, a consciência ambiental vem se estendendo e se robustecendo.

Importante se faz ressaltar que, o pensamento individualista e soberano da sociedade em geral no que diz respeito aos animais, decorre de uma herança cultural intrínseca, se considerado o fato de que a prática de um ato é repetida de maneira mecânica pelo homem e assim perpetuada. Dessa forma, torna-se de total importância a análise das raízes históricas para entender a atualidade sobre o tema, sendo que, algumas das crenças objetivam desmascarar as crenças estabelecidas desde os primórdios da humanidade.

Decorrido o espaço de tempo desde 1970 aos dias atuais, surge, então, uma perspectiva de mudança, em razão de o homem passar a perceber que deve não somente pensar no momento presente, mas, também, no futuro das próximas gerações, percebendo que, por exemplo, não se deve poluir um rio não somente pelo fato de que as próximas gerações não poderão aproveitá-lo, mas, pelo fato de que, o rio é um ecossistema que tem o direito de ser preservado por si só, porque neste ecossistema existem vidas que possuem o direito de serem respeitadas.

Dessa forma, conforme o entendimento de Ilka Duarte: “a natureza possui um valor intrínseco, não atrelado ao homem, ou seja, possui autonomia, detém direitos, à revelia de qualquer utilidade ou implicação para o ser humano, e, portanto, rompe com o antropocentrismo, não se contenta com o antropocentrismo alargado.” Assim, o biocentrismo dedica-se à manutenção não apenas da vida humana, como também, de todo o meio ambiente.

A visão biocêntrica tem como referência a vida como um todo, sendo eles seres naturais humanos e não-humanos. Nenhum pode prevalecer em detrimento do outro. A natureza necessita de uma proteção não somente para a satisfação do homem, mas sim pelos valores que representa em si mesma.

Observa-se que o pensamento jurídico com relação ao direito dos animais deve abandonar a antiga vestimenta utópica na qual o assunto é tratado e admitir, por fim, a importância do tema, principalmente no que diz respeito ao âmbito ético-social e por consequência, forense. Tornando possível um entendimento e análise mais reflexiva e crítica sobre o assunto, propiciando questionamentos que gerem novas delimitações sobre o tema, proporcionando a quebra de barreiras de pensamento.

3 OS ANIMAIS NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO

Houve uma significativa evolução da lei no que se refere à proteção dos animais em geral. O Código Civil Brasileiro de 1916 tratava os animais como coisas, bem semoventes, objetos de propriedade e outros interesses alheios como bens móveis suscetíveis de movimento próprio. A sua visão estava adstrita ao ponto de vista da propriedade do bem móvel (semovente). Tanto é verdade que os artigos que diziam a respeito da fauna estavam inseridos no capítulo “da aquisição e perda da propriedade móvel” (arts. 592 a 602).

Esses dispositivos regulavam a forma de aquisição do bem móvel (semoventes), podendo ser através da ocupação (arts. 592 e 593), que se dava com a propriedade da coisa abandonada ou sem dono anterior, pela caça (arts. 594 a 598) e pela pesca (arts. 599 a 602).

Nota-se que não havia uma legislação para a defesa dos animais em geral, mas somente uma preocupação com o homem e de como este poderia adquirir o bem móvel (semovente).

A primeira iniciativa na legislação brasileira, em âmbito federal, a coibir a crueldade, os abuso e excessos contra os animais que se tem notícias foi o Decreto 16.590, de 1924, que regulamentava as Casas de Diversões Públicas, proibindo as corridas de touros e novilhos, brigas de galos e canários, dentre outras diversões que causassem aparente sofrimento aos animais.

Foi então que em 10 de julho de 1934, pelo Decreto 24.645, que se teve pela primeira vez uma legislação específica de proteção aos animais, o que foi um marco para o início deste instituto jurídico de suma importância. Este decreto trouxe como dever do Estado a tutela de todos os animais existentes no país, bem como, aplicação de multa e prisão a quem realizar maus-tratos aos animais, sendo este proprietário ou não.

Dessa forma, o artigo 1º do referido artigo afirma que os animais possuem tutela jurídica: “Art. 1º Todos os animais existentes no País são tutelados do Estado”. Já o artigo 2º do mesmo decreto dispõe que animais que sejam submetidos à maus-tratos serão penalizados com multa e fica a critério da autoridade verificar a infração da lei, sendo que a pena aplicada depende da gravidade do ato. E, sendo constatada a infração penal, o animal será assistido pelo representante do Ministério Público, conforme o trecho da lei que segue:

Art. 2º Aquele que, em lugar público ou privado, aplicar ou fizer aplicar maus-tratos aos animais, incorrerá em multa de 20\$000 a 500\$000 e na pena de prisão celular de 2 a 15 dias, quer o delinquente seja ou não o respectivo proprietário, sem prejuízo da ação civil que possa caber.

§ 1º A critério da autoridade que verificar a infração da presente lei, será imposta qualquer das penalidades acima estatuídas, ou ambas.

§ 2º A pena a aplicar dependerá da gravidade do delito, a juízo da autoridade.

§ 3º Os animais serão assistidos em juízo pelos representantes do Ministério Público, seus substitutos legais e pelos membros das sociedades protetoras de animais. (BRASIL, DECRETO Nº 24.645, DE 10 DE JULHO DE 1934.)

Foi também neste decreto que tivemos a primeira noção dos tipos de maus-tratos e crueldade praticados pelo ser humano contra os animais. Isto porque o decreto trouxe diversas hipóteses arroladas em seu artigo 3º, como se observa a seguir.

Art. 3º Consideram-se maus-tratos:

- I - Praticar ato de abuso ou crueldade em qualquer animal;
- II - Manter animais em lugares anti-higiênicos ou que lhes impeçam a respiração, o movimento ou o descanso, ou os privem de ar ou luz;
- III - Obrigar animais a trabalhos excessivos ou superiores as suas forças e a todo ato que resulte em sofrimento para deles obter esforços que, razoavelmente, não se lhes possam exigir senão com castigo;
- IV - Golpear, ferir ou mutilar, voluntariamente, qualquer órgão ou tecido de economia, exceto a castração, só para animais domésticos, ou operações outras praticadas em benefício exclusivo do animal e as exigidas para defesa do homem, ou no interesse da ciência;
- V - Abandonar animal doente, ferido, extenuado ou mutilado, bem como deixar de ministrar-lhe tudo o que humanitariamente se lhe possa prover, inclusive assistência veterinária;
- VI - Não dar morte rápida, livre de sofrimento prolongado, a todo animal cujo extermínio seja necessário para consumo ou não;
- VII - Abater para o consumo ou fazer trabalhar os animais em período adiantado de gestação;
- VIII - Atrelar num mesmo veículo, instrumento agrícola ou industrial, bovinos com suínos, com muares ou com asinos, sendo somente permitido o trabalho em conjunto a animais da mesma espécie;
- IX - Atrelar animais a veículos sem os apetrechos indispensáveis, como sejam balancins, ganchos e lanças ou com arreios incompletos;
- X - Utilizar em serviço animal cego, ferido, enfermo, extenuado ou desferrado sendo que este último caso somente se aplica a localidades com ruas calçadas;
- XI - Acoitar, golpear ou castigar por qualquer forma a um animal caído sob o veículo ou com ele, devendo o condutor desprendê-lo para levantar-se;
- XII - Descer ladeiras com veículos de reação animal sem a utilização das respectivas travas, cujo uso é obrigatório;
- XIII - Deixar de revestir com couro ou material com idêntica qualidade de proteção as correntes atreladas aos animais de arreo;
- XIV - Conduzir veículo de tração animal, dirigido por condutor sentado, sem que o mesmo tenha boleia fixa e arreios apropriados, como tesouras, pontas de guia e retranca;
- XV - Prender animais atrás dos veículos ou atados a caudas de outros;
- XVI - Fazer viajar um animal a pé mais de dez quilômetros sem lhe dar descanso, ou trabalhar mais de seis horas continuas, sem água e alimento;

XVII - Conservar animais embarcados por mais de doze horas sem água e alimento, devendo as empresas de transporte providenciar, sobre as necessárias modificações no seu material, dentro de doze meses a partir desta lei;

XVIII - Conduzir animais por qualquer meio de locomoção, colocados de cabeça para baixo, de mãos ou pés atados, ou de qualquer outro modo que lhes produza sofrimento;

XIX - Transportar animais em cestos, gaiolas, ou veículos sem as proporções necessárias ao seu tamanho e número de cabeças, e sem que o meio de condução em que estão encerrados esteja protegido por uma rede metálica ou idêntica que impeça a saída de qualquer membro do animal.

XX - Encerrar em curral ou outros lugares animais em número tal que não lhes seja possível moverem-se livremente, ou deixá-los sem água ou alimento por mais de doze horas;

XXI - Deixar sem ordenhar as vacas por mais de vinte e quatro horas, quando utilizadas na exploração de leite;

XXII - Ter animal encerrado juntamente com outros que os aterrorizem ou molestem;

XXIII - Ter animais destinados à venda em locais que não reúnem as condições de higiene e comodidade relativas;

XXIV - Expor nos mercados e outros locais de venda, por mais de doze horas, aves em gaiolas, sem que se faça nestas a devida limpeza e renovação de água e alimento;

XXV - Engordar aves mecanicamente;

XXVI - Despelar ou depenar animais vivos ou entregá-los vivos à alimentação de outros;

XXVII - Ministrando ensino a animais com maus-tratos físicos;

XXVIII - Exercitar tiro ao alvo sobre pombos, nas sociedades, clubes de caça, inscritos no Serviço de Caça e Pesca;

XXIX - Realizar ou promover lutas entre animais da mesma espécie ou de espécie diferente, touradas e simulacros de touradas, ainda mesmo em lugar privado;

XXX - Arrojar aves e outros animais nas caças e espetáculos exibidos para tirar sorte ou realizar acrobacias;

XXXI - Transportar, negociar ou caçar em qualquer época do ano, aves insetívoras, pássaros canoros, beija-flores e outras aves de pequeno porte, exceção feita das autorizações para fins científicos, consignadas em lei anterior. (BRASIL, DECRETO Nº 24.645, DE 10 DE JULHO DE 1934.)

Apesar de haver inúmeras hipóteses elencadas, este rol não esgota as possibilidades de crueldade e maus-tratos contra animais. Trata-se de um rol meramente exemplificativo, podendo ser incluídas outras hipóteses não previstas. Posteriormente, o Decreto 3.688 de 1941 (Lei das Contravenções Penais) reforçou ainda mais a proteção dos animais através de seu artigo 64:

Art. 64. Tratar animal com crueldade ou submetê-lo a trabalho excessivo:

Pena – prisão simples, de dez dias a um mês, ou multa, de cem a quinhentos mil réis.

§ 1º Na mesma pena incorre aquele que, embora para fins didáticos ou científicos, realiza em lugar público ou exposto ao público, experiência dolorosa ou cruel em animal vivo.

§ 2º Aplica-se a pena com aumento de metade, se o animal é submetido a trabalho excessivo ou tratado com crueldade, em exibição ou espetáculo público. (BRASIL, DECRETO 3.688 DE 3 DE OUTUBRO DE 1941)

Na época, levantou-se uma polêmica em torno do fato da Lei das Contravenções Penais ter ou não revogado o Decreto 24.645/34. A jurisprudência firmou-se no sentido de que, em síntese, os preceitos contidos no artigo 64 compreendem, na sua quase totalidade, todas aquelas modalidades de crueldade contra animais contidas no artigo 3º do Decreto 24.645/34.

Com o grande crescimento da cultura e da proteção ao meio ambiente no Brasil, e estando a proteção animal ligada a vários ministérios, novas leis foram criadas, como o Código de Pesca (Lei n. 221, de 28 fevereiro de 1967), Lei de Proteção a Fauna (Lei n. 5.197, de 3 de janeiro de 1967, alterada e pela Lei n. 7.653, de 12 de fevereiro 1988), Lei da Vivissecção (Lei n. 6.638, de 8 de maio de 1979), Lei dos zoológicos (Lei n. 7.173, de 14 de dezembro de 1983), Lei dos Cetáceos (Lei n. 7.643, de 18 de dezembro de 1987) e a Lei da Inspeção de Produtos de Origem Animal (Lei n. 7.889, de 23 de novembro de 1989).

Dentre estes diversos dispositivos, deve-se frisar a Lei nº 5.197 de 67, que estabeleceu como propriedade do Estado os animais silvestres, bem como sobre a proteção da fauna, vindo então proporcionar medidas de proteção aos animais silvestres. Posteriormente, referida lei foi alterada pela Lei 7.653 de 1988, alterando dois artigos, tornando-se crime inafiançável aqueles cometidos contra animais silvestres, como se observa no artigo 34 da referida lei:

Art. 34. Os crimes previstos nesta lei são inafiançáveis e serão apurados mediante processo sumário, aplicando-se no que couber, as normas do Título II, Capítulo V, do Código de Processo Penal. (Redação dada pela Lei nº 7.653, de 12.2.1988). (BRASIL, LEI Nº 5.197, DE 3 DE JANEIRO DE 1967)

Apesar de ser de grande a valia referida mudança, a redação do Decreto falhou ao deixar de fora os maus-tratos contra animais domésticos, permanecendo ainda como contravenção.

Outro ano significativo na história da redução de maus-tratos aos animais foi o de 1983. Isto porque a Lei nº 7.173 regulamentou os Jardins Zoológicos, estabelecendo então dimensões para os jardins zoológicos e suas respectivas instalações, devendo ainda dispor de recursos médico-veterinários, capacitação financeira, disponibilidade de pessoal científico, técnico e administrativo, que atendam condições para se habitar, sanidade e segurança de cada espécie.

Nesse sentido houve um grande avanço nos cuidados com animais mantidos em cativeiro. Muitos recintos que mantinham animais em situações degradantes foram fechados.

Foi somente em 1988, através de nossa Carta Magna, que se iniciou uma nova ordem pública. Pela primeira vez foi dado tratamento constitucional ao direito ao meio ambiente, sendo acrescentado pelo legislador o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Assim, dispõe o artigo 225 da Constituição Federal de 1988:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. (BRASIL. Constituição Federal de 1988)

Pela primeira vez, a Carta Magna contemplou um capítulo dedicado ao meio ambiente, vedando em seu parágrafo VII práticas que coloquem em risco, provoquem a extinção ou submetam os animais a crueldade.

Outro ponto importante foi o parágrafo 3º do mesmo artigo, que nos trouxe a seguinte redação:

Art. 225, § 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Podemos observar que o texto constitucional trouxe a possibilidade da tríplice responsabilização por um único dano causado ao meio ambiente, ou seja, o infrator poderá ser responsabilizado penalmente, administrativamente e civilmente por um dano.

Um exemplo prático é de um cidadão que venha a praticar maus-tratos com o cachorro de seu vizinho. Nesta hipótese o infrator poderia ser responsabilizado administrativamente (multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais)), com base no artigo 29 do Decreto 6.514/08, penalmente (detenção, de três meses a um ano, e multa), com base no artigo 32 da Lei 9.605/98 e civilmente (indenização por dano material e moral).

Neste sentido, Pinto (2010, s. p.) salienta sobre a tríplice responsabilização:

O descumprimento de uma obrigação ou de um dever jurídico pode dar ensejo a diversos tipos de responsabilidade. O tipo de responsabilidade a que está sujeito o infrator variará conforme a natureza jurídica da sanção prevista no ordenamento jurídico para ser aplicada a cada caso. Desta forma, a responsabilidade poderá ser civil, penal, administrativa, consoante haja previsão de sanções de cada um desses tipos para o mesmo comportamento a ser apenado. Isso ocorre porque as diversas espécies de responsabilidade visam a finalidades distintas e, por isso, são autônomas: a aplicação de uma independe da aplicação da outra.

O artigo 225 da Constituição foi um marco que permitiu a evolução de novos instrumentos legais nesse sentido, como por exemplo, a Lei 9.605 de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), que dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Com o advento da Lei de Crimes Ambientais, a legislação ambiental no que tange à proteção ao meio ambiente se tornou centralizada, ou seja, as penas se tornaram uniformes e com gradação adequada, e as infrações são claramente definidas. Nas palavras de Milaré (2007, p. 251) o novo dispositivo veio para corrigir as diversas falhas previstas na lei anterior:

As penas cominadas guardam adequação à gravidade dos fatos, fugindo do irrealismo do sistema anterior que, por considerar inafiançáveis os delitos contra a fauna e estabelecer sanções rigorosíssimas, era de discreta ou nenhuma aplicação prática.

Diversos pontos relativos à proteção dos animais foram introduzidos nesta lei. Dentre elas, o artigo 32 incluiu os maus-tratos aos animais domésticos e

domesticados como crime, alterando o artigo 64 do Decreto 3.688/41, que tratava os maus-tratos como contravenção.

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal. (BRASIL, Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998)

No mesmo sentido, passa-se a análise à algumas decisões de Tribunais Brasileiros no que diz respeito a situação dos animais frente ao ordenamento jurídico brasileiro:

APELAÇÃO CRIME. CRIME AMBIENTAL. MAUS-TRATOS A ANIMAIS. ART. 32, CAPUT, DA LEI 9.605/98. SUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. TIPICIDADE DA CONDUTA. SENTENÇA CONDENATÓRIA MANTIDA. Comprovado que o réu praticou maus-tratos contra dois cachorros de sua propriedade ao deixar de proporcionar-lhes água e alimentação adequada, a ponto de apresentarem grave quadro de desnutrição, impositiva a manutenção da sentença condenatória. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Crime Nº 71004697702, Turma Recursal Criminal, Turmas Recursais, Relator: Cristina Pereira Gonzales, Julgado em 17/03/2014) (TJ-RS - RC: 71004697702 RS, Relator: Cristina Pereira Gonzales, Data de Julgamento: 17/03/2014, Turma Recursal Criminal, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 20/03/2014)

Na mesma concepção, segue outra decisão do Tribunal de Santa Catarina:

APELAÇÃO CRIME. MAUS TRATOS A ANIMAL. ART. 32 DA LEI 9605/98. CRIME CONTRA A FAUNA. DELITO AMBIENTAL. ENVENENAMENTO. ANIMAL DOMÉSTICO. CONDENAÇÃO. Restou comprovado que o R. praticou maus-tratos em animal doméstico, quando jogou pedras e depois ministrou veneno a um cachorro encontrado em via pública. NEGADO PROVIMENTO À APELAÇÃO. UNÂNIME. (Recurso Crime Nº 71001506591, Turma Recursal Criminal, Turmas Recursais, Relator: Nara Leonor Castro Garcia, Julgado em 10/12/2007) (TJ-RS - RC: 71001506591 RS, Relator: Nara Leonor Castro Garcia, Data de Julgamento: 10/12/2007, Turma Recursal Criminal, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 13/12/2007)

A lei também trouxe a possibilidade da pessoa jurídica ser autora ou co-autora da infração ambiental, ficando sujeita a penalização. Assim, aqueles que no exercício ou não de cargos de empresas, que não impedirem o ato criminoso, quando podiam fazê-lo, também serão responsabilizados.

Art. 3º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade. Parágrafo único. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

Por fim, antes da existência desta lei, a proteção ao meio ambiente era um grande desafio, uma vez que as leis eram esparsas e de difícil aplicação. Existiam contradições na aplicação de penas e até mesmo garantias legais sem prever punições a quem as violasse.

Outro ponto de grande importância foi à previsão Constitucional de que os Estados e Municípios também podem legislar a respeito da fauna, desde que não entrem em conflito com as leis maiores, uma vez que contribuiu para a criação de diversas leis em defesa dos animais.

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição”
(BRASIL, Constituição Federal de 1988)

Em suma, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, podemos observar uma crescente valorização dos animais em geral, visto que várias providências foram tomadas a fim de que as legislações se adequem a realidade que vivemos atualmente.

Entretanto, mesmo diante de diversas normas de proteção aos animais, podemos notar que a visão antropocêntrica ainda prevalece. Nota-se que o homem continua sendo o foco principal, tendo em vista ser o único capaz de obedecer e entender tais normas.

Salienta Fiorillo (2006, p. 16) que: “o direito ambiental possui uma necessária visão antropocêntrica, porquanto o único animal racional é o homem, cabendo a este a preservação das espécies, incluindo a sua própria”.

Ainda, Fiorillo (2006, p. 17) justifica ainda que a preservação e a proteção contra a crueldade e maus-tratos aos animais não são feitas para estes, mas sim em benefício do próprio homem: “não se submete o animal à crueldade em razão de ele ser titular do direito, mas sim porque essa vedação busca proporcionar ao homem uma vida com mais qualidade”.

É sabido que atualmente há um avanço considerável nos debates em torno da tutela do meio ambiente, o que representa a superação de uma postura eminentemente antropocêntrica em favor de uma tutela biocêntrica. Com efeito, como decorrência do fenômeno de constitucionalização do direito ordinário, a proteção ao direito ao meio ambiente recebeu assento constitucional, como se percebe da leitura do art. 225, inc, VII, CF.

Nesse diapasão, passou-se a adotar a tese do mínimo existencial ecológico e o princípio da proibição do retrocesso ambiental como reflexo da tutela constitucional do direito dos animais, havendo, inclusive, entendimento jurisprudencial que reconhecesse o dever do Estado e da sociedade em geral em se omitir na prática de atos tidos como cruéis.

3.1 ALGUMAS DECISÕES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Um dos primeiros casos com grande repercussão aconteceu em 2005 perante a 9ª Vara Criminal da comarca de Salvador-BA. Um Habeas Corpus foi impetrado por promotores de justiça em favor de um chimpanzé, de nome “Suíça”, contra ato ilegal e abusivo perpetrado pelo Diretor de Biodiversidade da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Segundo os promotores, o chimpanzé estaria aprisionado em jaula que apresentara sérios problemas de infiltrações na estrutura física, o que estaria impossibilitando a locomoção do animal na jaula com área total de 77,56 metros quadrados e altura de 4,0 metros no solário, e área de confinamento de 2,75 metros de altura, sendo privada, portanto, a chimpanzé, de seu direito de locomoção.

Ainda, pretendendo demonstrar a admissibilidade do Habeas Corpus, os promotores sustentaram que há proximidade evolucionista e genética dos seres humanos com os primatas e, por sua vez, poderia este ser considerado sujeito de direitos, desde que devidamente representado.

Ademais, levanta-se a questão da extensão de direitos fundamentais aos grandes primatas, suscitado por Peter Singer e Paola Cavalieri precursores do movimento “Projeto Grandes Primatas” que constitui um movimento de caráter internacional cujo objetivo principal é a luta pela garantia dos direitos básicos à vida, liberdade e não-tortura dos grandes primatas, como chimpanzés, gorilas

orangotangos e bonobos, espécies que mais se assemelham aos seres humanos. Conforme o entendimento que segue:

[...] a partir de 1993, um grupo de cientistas começou a defender abertamente a extensão dos direitos humanos para os grandes primatas, dando início ao movimento denominado “Projeto Grandes Primatas”, que conta com apoio de primatólogos, etólogos e intelectuais, que parte do ponto de vista que humanos e primatas se dividiram em espécies diferentes há mais ou menos 5 ou 6 milhões de anos, com uma parte evoluindo para os atuais chimpanzés e bonobos e outra para os primatas bípedes eretos, dos quais descendem o Homo Australopithecus, o Homo Ardipithecus e o Homo Paranthropus, resumindo, a pretensão é de equiparar os primatas aos seres humanos para fins de concessão de Habeas Corpus”. (Habeas Corpus nº 833085-3/2005)

Os promotores questionaram ainda o fato de conceder-se personalidade jurídica para a universalidade de bens, como a massa falida, e não poder concedê-la a animais que compartilham de até 99,4% da nossa carga genética.

Em síntese, os promotores buscavam a extensão dos direitos aos grandes primatas, justificando que o instituto do Habeas Corpus se mostraria mais adequado naquele caso concreto, expandindo-se, assim, o rol dos sujeitos de direito além da espécie humana.

O juiz Edmundo Cruz da vara na qual tramitou o processo, ao proferir a sentença afirmou que havia motivos suficientes para decretar a extinção do processo e seu consequente arquivamento por impossibilidade jurídica do pedido, mas achou viável admitir o debate sobre o assunto, visando provocar uma discussão em torno do evento.

[...] Poder-se-ia extrair, dos próprios tópicos da longa petição inicial, subsídios suficientes para – “ab initio litis” – decretar-se a extinção do processo e mandar arquivá-lo, ao argumento de impossibilidade jurídica do pedido, ou por ineficácia jurídica absoluta do instrumento escolhido pelos impetrantes, ou seja, um H.C. para transferir um animal do ambiente em que vive, para outro local. Mas, visando provocar a discussão, em torno do evento, com pessoas e entidades ligadas à área do Direito Processual Penal, achei mais viável admitir o debate. Efetivamente, se trata de caso inédito nos anais da Justiça da Bahia, embora tenha eu conhecimento de que houve um caso, há alguns anos atrás, julgado pelo STF, em que um advogado do Rio de Janeiro, juntamente com a Sociedade Protetora dos Animais, impetrou um Habeas Corpus, para libertar um pássaro aprisionado em gaiola, todavia, o pleito não foi acolhido, tendo o relator, eminente ministro Djaci Falcão se inclinado pelo indeferimento, como o foi, entendendo ele que “Animal não pode integrar uma relação jurídica, na qualidade de sujeito de direito, podendo ser apenas objeto de direito, atuando como coisa ou bem” (STF RHC – 63/399). Com 24 anos de magistratura, atuando sempre em Varas Criminais, é este o primeiro caso que me veio às mãos, em que paciente de Habeas Corpus é um animal,

precisamente uma chimpanzé. Entretanto, o tema merecia uma ampla discussão, eis que a matéria é muito complexa, exigindo alta indagação, que importaria em aprofundado exame dos argumentos “prós e contras”, por isso indeferi a concessão liminar “inaudita altera pars” do Habeas Corpus, preferindo colher informações para instruir o pedido à autoridade coatora, no caso o Sr. Thelmo Gavazza, Diretor de Biodiversidade da Secretaria de Meio Ambiente, concedendo a esta o prazo de 72 horas para fazê-lo. É certo que, com tal decisão inicial, admitindo o debate em relação ao assunto aqui tratado, contrariei alguns “juristas de plantão”, que se esqueceram de uma máxima de Direito Romano que assim preceitua: “Interpretatio in quacum que dispositione sic facienda ut verba non sint supérflua et sine virtute operandi” (em qualquer disposição deve-se fazer a interpretação de modo que as palavras não sejam supérfluas e sem virtude de operar), e também das sábias palavras do saudoso Prof. Vicente Ráo, ao escrever sua monumental obra – O Direito e a Vida dos Direitos: “Os juristas não devem visar aplausos demagógicos, de que não precisam. Devem, ao contrário, firmar, corajosamente, os verdadeiros princípios científicos e filosóficos do Direito, proclamá-los alto e bom som, fazê-los vingar dentro do tumulto legislativo das fases de transformações ditadas pelas contingências sociais, deles extraindo as regras disciplinadoras das novas necessidades, sem sacrifício da liberdade, da dignidade, da personalidade do ser humano (...)” (Habeas Corpus nº 833085-3/2005).

Infelizmente, durante o curso do prazo para colheita de provas, ocorreu o falecimento do chimpanzé Suíça, dentro do zoológico em que se encontrava.

[...] “Entretanto, com grande surpresa, tomei conhecimento, através de uma segunda petição enviada a esta Vara Criminal e assinada pelo Senhor Diretor de Biodiversidade da SEMARH, juntada nas fls. 168 dos autos, recebida na data de hoje, neste Juízo (dia 27/09/2005), que a chimpanzé “Suíça”, paciente neste Habeas Corpus, veio a óbito no interior do Jardim Zoológico de Salvador, esclarecendo o comunicante, que o fato lamentável se deu “apesar de todos os esforços olvidados e mesmo diante dos cuidados sempre existentes com a chimpanzé”. A notícia me pegou de surpresa, causando tristeza, sem dúvida, pois fiz uma visita incógnita ao Jardim Zoológico de Ondina, na tarde do dia 21/10/2005, sábado passado, e não percebi nenhuma anormalidade aparente com a chimpanzé “Suíça”, embora queira deixar claro que não sou “expert” na matéria” [...] (Habeas Corpus nº 833085-3/2005).

Mesmo que infrutífero o aprofundamento sobre o tema, o objetivo do Juiz Edmundo Cruz foi alcançado, qual seja, abrir as portas para a revisão de premissas já raizadas em nosso ordenamento jurídico.

[...] “Tenho a certeza que, com a aceitação do debate, consegui despertar a atenção de juristas de todo o país, tornando o tema motivo de amplas discussões, mesmo porque é sabido que o Direito Processual Penal não é estático, e sim sujeito a constantes mutações, onde novas decisões têm que se adaptar aos tempos hodiernos. Acredito que mesmo com a morte de “Suíça”, o assunto ainda irá perdurar em debates contínuos, principalmente nas salas de aula dos cursos de Direito, eis que houve diversas manifestações de colegas, advogados, estudantes e entidades outras, cada um deles dando opiniões e querendo fazer prevalecer seu ponto de vista. É

certo que o tema não se esgota neste “Writ”, continuará, indubitavelmente, provocando polêmica. Enfim. Pode, ou não pode, um primata ser equiparado a um ser humano? Será possível um animal ser liberado de uma jaula através de uma ordem de Habeas Corpus?” [...] (Habeas Corpus nº 833085-3/2005).

Sem dúvida, a atitude do magistrado significou um avanço neste instituto jurídico, que apesar de ainda muito controverso, cresce de modo significativo. Após a decisão de Edmundo Cruz, a possibilidade de tratamento de animais como sujeitos de direito não será descartada sem antes uma profunda e crítica reflexão sobre o tema.

Outro caso de grande destaque foi o do chimpanzé Jimmy em 2010. No caso, foi impetrado um habeas corpus por Heron José Santana Gordilho, membro do Ministério Público do Estado da Bahia, argumentando que o animal estaria sofrendo constrangimento ilegal, por ato da autoridade judicial apontada coatora que o manteve aprisionado na Fundação Jardim Zoológico de Niterói, em uma jaula com área total de 61, 38 m² e altura de 4,0 metros no solário, e área de confinamento de 2,80 metros de altura e, portanto, impedindo seu direito à liberdade de locomoção e à vida digna.

Aduzem ainda, que a manutenção de animais em cativeiro ou em ambientes absolutamente artificiais, em verdade é “um evidente ato de abuso”, podendo até mesmo ser uma conduta criminosa, adequada tipicamente ao disposto no art. 32 da Lei nº 9.605/98, sendo que os chimpanzés, “seres extremamente sociáveis, não conseguem viver enclausurados, isolados ou solitários”. (Habeas Corpus n.º 0002637-70.2010.8.19.0000)

O foco principal da discussão foi o sentido literal da palavra “alguém” nos artigos 5º, LXVIII da Constituição Federal e 647 do Código de Processo Penal, que segundo os promotores deveriam alcançar também os primatas (hominídeos).

Art. 5º, LXVIII - conceder-se-á habeas corpus sempre que **alguém** sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder; (BRASIL, Constituição Federal, 1988. (grifo do autor)

Ainda, no mesmo sentido, sustenta que:

Art. 647. Dar-se-á habeas corpus sempre que **alguém** sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, salvo nos casos de punição disciplinar. (BRASIL, Decreto-lei nº 3.689 de 1941 (Código de Processo Penal) (grifo do autor).

Assim, requereram em caráter liminar e definitivo, a transferência do chimpanzé para o Santuário dos Grandes Primatas, em Sorocaba-São Paulo, sob o fundamento de que lá, o animal teria a oportunidade de se relacionar com diversos membros da sua espécie, em ambiente adequado e próprio às exigências reclamadas por sua complexa natureza biológica.

A petição inicial foi indeferida pelo magistrado da 5ª Vara Criminal de Niterói, pois julgou ser possível o cabimento do Habeas Corpus apenas para pessoas, ressaltando que os animais são simples objeto de direitos, nos termos do nosso Código Civil.

[...] “Com a devida vênia, o presente Writ comporta indeferimento sumário e liminar. Dispõe o art. 5º, LXVIII, da Constituição da República: “conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder”. Ao contrário do que imaginam os impetrantes, a inequívoca expressão constitucional (sublinhada) não propicia dúvidas de interpretação, tampouco rende ensejo a uma exegese na pretendida extensividade, às raias de um irresponsável e promiscuo manuseio. Na verdade, a despeito de arrojados estudos jurídicos, todos no mínimo enfocados de lege ferenda lege ferenda lege ferenda, é inquestionável, que, segundo o Direito Positivo vigente, a penas as pessoas, físicas ou jurídicas, são concebidas como sujeitos de direitos na Ordem Civil (Código Civil, art. 1º). Conquanto merecedores de larga proteção legal, os animais são simples objeto de direitos, caracterizados como autênticos bens móveis, já que “suscetíveis de movimento próprio” “suscetíveis de movimento próprios” (“suscetíveis de movimento próprios” (Código Civil, art. 82). Nada além... Por tais fundamentos, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, proclamando o descabimento do Writ impetrado”. (Habeas Corpus n. 000263770.2010.8.19.0000)

Apesar de o assunto ter sido amplamente discutido na Segunda Câmara Criminal, o Relator seguiu o mesmo entendimento, reputando e afirmando que o remédio constitucional é restrito para o ser humano.

[...] “Diante disso, há que se admitir, ao menos em tese, que a lexicografia distingue o homem na sua condição de animal racional dos demais animais considerados irracionais e, no mesmo sentido, que não se contém no vocábulo alguém ou ninguém outra pessoa que não a humana. Aliás, parece ter sido exatamente esse o intuito do legislador constituinte quando dispôs nos artigos iniciais da Constituição do Brasil de 1988 sobre os direitos fundamentais. Sobre isso, poder-se-ia observar que quando o instituto do habeas corpus formalmente foi introduzido na ordem jurídica brasileira por intermédio do Código de Processo Penal de 1832, o artigo 340 do referido diploma legal dispunha: “todo o cidadão que entender que ele ou outrem sofre prisão ou constrangimento ilegal de sua liberdade, tem direito de pedir ordem de habeas corpus em seu favor”. Portanto, considerando o histórico constitucional brasileiro, a primeira ideia e, pode-se afirmar, hermenêutica jurídica possível de se fazer, é que à exceção do homem, na

sua condição de humano, nenhum outro ser vivo pode ser beneficiado ou sujeito do habeas corpus”.[...] (Habeas Corpus n. 000263770.2010.8.19.0000)

Importante ainda mencionar o Recurso Especial nº 1.115.916 – MG de 2009, cujo processo dizia a respeito do sacrifício de cães e gatos apreendidos em centros de controle de zoonoses por meio de câmara de gás. O meio cruel utilizado pelo município chamou a atenção dos promotores da localidade, que logo impetraram medida cabível para cessar o sofrimento dos animais.

Entretanto, o que mais chamou atenção neste caso foram as palavras do ministro relator Humberto Martins, que considerou evidente equívoco tratar animais como coisas, conforme o trecho dos autos que segue:

Aduz o recorrente que, nos termos do art. 1.263 do CC, os animais recolhidos nas ruas - e não reclamados no Centro de Controle de Zoonose pelo dono no prazo de quarenta e oito horas -, além dos que são voluntariamente entregues na referida repartição pública, são considerados coisas abandonadas. Assim, a administração pública poderia dar-lhes a destinação que achar conveniente. Não assiste razão ao recorrente, e o equívoco encontra-se em dois pontos essenciais: o primeiro está em considerar os animais como coisas, res, de modo a sofrerem o influxo da norma contida no art. 1.263 do CPC. O segundo, que é uma consequência lógica do primeiro, consiste em entender que a administração pública possui discricionariedade ilimitada para dar fim aos animais da forma como lhe convier. Não há como se entender que seres, como cães e gatos, que possuem um sistema nervoso desenvolvido e que por isso sentem dor, que demonstram ter afeto, ou seja, que possuem vida biológica e psicológica possam ser considerados como coisas, como objetos materiais desprovidos de sinais vitais. Essa característica dos animais mais desenvolvidos é a principal causa da crescente conscientização da humanidade contra a prática de atividades que possam ensejar maus tratos e crueldade contra tais seres. A condenação dos atos cruéis não possui origem na necessidade do equilíbrio ambiental, mas sim no reconhecimento de que os animais são dotados de uma estrutura orgânica que lhes permite sofrer e sentir dor. A rejeição a tais atos, aflora, na verdade, dos sentimentos de justiça, de compaixão, de piedade, que orientam o ser humano a repelir toda e qualquer forma de mal radical, evitável e sem justificativa razoável. A consciência de que os animais devem ser protegidos e respeitados, em função de suas características naturais que os dotam de atributos muito semelhantes aos presentes na espécie humana, é completamente oposta à ideia defendida pelo recorrente, de que animais abandonados podem ser considerados coisas, motivo pelo qual, a administração pública poderia dar-lhes destinação que convier, nos termos do art. 1.263 do CPC (MARTINS, Humberto, 2009, RESP n.º 1.115.916/MG).

O Recurso Especial interposto pelo município de Belo Horizonte foi improvido, pelo fundamento de que a discricionariedade administrativa não pode ser usada para justificar o sacrifício dos animais por meio cruel, ou seja, não se pode aceitar

que com base na discricionariedade, o administrador realize práticas ilícitas, qual seja, a crueldade contra animais.

Há, inclusive, posicionamento do Supremo Tribunal Federal, proferido no julgamento da ADI 1856/RJ, de 26.05.2011, de relatoria do Ministro Marco Aurélio:

Por entender caracterizada ofensa ao art. 225, § 1º, VII, da CF, que veda práticas que submetam os animais a crueldade, o Plenário julgou procedente pedido formulado em ação direta ajuizada pelo Procurador-Geral da República para declarar a inconstitucionalidade da Lei fluminense 2.895/98. A norma impugnada autoriza a criação e a realização de exposições e competições entre aves das raças combatentes (fauna não silvestre). Rejeitaram-se as preliminares de inépcia da petição inicial e de necessidade de se refutar, artigo por artigo, o diploma legislativo invocado. Aduziu-se que o requerente questionara a validade constitucional da integridade da norma adversada, citara o parâmetro por ela alegadamente transgredido, estabelecera a situação de antagonismo entre a lei e a Constituição, bem como expusera as razões que fundamentariam sua pretensão. Ademais, destacou-se que a impugnação dirigir-se-ia a todo o complexo normativo com que disciplinadas as "rinhas de galo" naquela unidade federativa, qualificando-as como competições. Assim, despidiend a indicação de cada um dos seus vários artigos. No mérito, enfatizou-se qu o constituinte objetivara assegurar a efetividade do direito fundamental à preservação da integridade do meio ambiente, que traduziria conceito amplo e abrangente das noções de meio ambiente natural, cultural, artificial (espaço urbano) e laboral. Salientou-se, de um lado, a íntima conexão entre o dever ético-jurídico de preservação da fauna e o de não-incidência em práticas de crueldade e, de outro, a subsistência do gênero humano em um meio ambiente ecologicamente equilibrado (direito de terceira geração). Assinalou-se que a proteção conferida aos animais pela parte final do art. 225, § 1º, VII, da CF teria, na Lei 9.605/98 (art. 32), o seu preceito incriminador, o qual pune, a título de crime ambiental, a inflição de maus-tratos contra animais. Frisou-se que tanto os animais silvestres, quanto os domésticos ou domesticados - aqui incluídos os galos utilizados em rinhas - estariam ao abrigo constitucional. Por fim, rejeitou-se o argumento de que a "briga de galos" qualificar-se-ia como atividade desportiva, prática cultural ou expressão folclórica, em tentativa de fraude à aplicação da regra constitucional de proteção à fauna. Os Ministros Marco Aurélio e Dias Toffoli assentaram apenas a inconstitucionalidade formal da norma. Precedentes citados: RE 153531/SC (DJU de 13.3.98); ADI 2514/SC (DJU de 3.8.2005); ADI 3776/RN (DJe de 29.6.2007). ADI 1856/RJ, rel. Min. Celso de Mello, 26.5.2011. (ADI-1856).

O julgado em tela usou como precedente o RE 153531/SC de 1997, o referido julgado citado pelos ministros da ADI 1856/RJ configura verdadeiro condutor no estudo da tutela dos direitos dos animais no Brasil, uma vez que o julgado ora citado refere-se à proibição da Farra do boi no Estado de Santa Catarina, que trouxe a tona uma grande discussão è respeito da tutela jurídica do direito dos animais, uma vez que na votação do caso, houveram votos antagônicos entre os ministros, havendo embate de princípios, vez que houve o choque entre o princípio de proteção das culturas populares e de proteção à fauna, com a consequente vedação à crueldade.

Todavia, optou-se, ao final pela vedação de qualquer prática que submetesse os animais à crueldade, tendo sido seu caráter adotado como um procedimento discrepante da norma constitucional.

No caso em comento, o pleno do Supremo Tribunal Federal entendeu pela proibição da prática de rinha de galo, tendo em vista a percepção de ser esta manifestamente contrária ao mandamento constitucional que proíbe a sujeição de animais a práticas cruéis.

Não obstante a existência de posicionamento jurisprudencial resguardando a tutela dos direitos dos animais, esta não se dá a partir do entendimento de animais como sujeito de direito, mas sim como preceitua Ingo Sarlet (2013, p. 233) em decorrência “do direito fundamental a um meio ambiente saudável”.

Para Sarlet (2013, p. 233), que vai ao encontro da doutrina majoritária, descabe pensar em animais como sujeitos de direitos, na medida em que o reconhecimento da fundamentalidade e da dignidade da vida para além da humana implicaria na existência de deveres fundamentais de tutela desta vida e desta dignidade, havendo, portanto, uma tutela jurídico-objetiva dos animais, que se configuram como instrumento para o aperfeiçoamento da dignidade humana.

Atualmente há entendimento diverso, reconhecendo o caráter não apenas instrumental, mas fundamental do direito dos animais, daí porque a necessidade de se constituir uma chancela do ponto de vista das subjetividades. Assim se posicionam Molinaro (2007) e Araújo (2003), dentre outros.

Talvez o momento de maior discussão em torno do direito dos animais tenha surgido a partir da promulgação da Constituição do Equador em 2008. Conforme ensinam Alves e Marisco (2015, p. 55): “a Constituição equatoriana se caracterizou por trazer a lume a visão biocêntrica, inovando o constitucionalismo, ao prever a existência dos direitos da natureza”.

No art. 71 da Constituição do Equador há a menção à *Pacha Mama*, “onde se realiza a vida [...], tem direito a que se respeite integralmente a sua existência e a manutenção e regeneração de seus ciclos vitais, estrutura, funções e processos evolutivos”. Sob um exercício de exegese, pode-se perceber que aqui se concebeu à natureza a titularidade de direitos, recaindo o recargo de exigir da autoridade pública o respeito a esses direitos a toda pessoa, comunidade, povoado ou nacionalidade.

É em razão dessa inovação epistemológica que Echeverria (2011, p. 104) menciona que representou a Constituição do Equador cambio paradigmático nos aspectos intersubjetivos do Estado, na medida em que se alargou a compreensão de quem, de fato, é sujeito de direito. Deve-se haver o pensamento de que, embora a vida humana seja extremamente valiosa, não há só a existência dessa vida na Terra.

Além do mais, se considerado o fato de haver total dependência da vida humana em relação à vida dos animais que habitam o mesmo lugar no espaço, há de se aceitar que não há uma superioridade do homem em relação a qualquer outra forma de vida. Nesse sentido, Peter Singer entende que:

Embora a atitude contemporânea face aos animais seja suficientemente benévola – numa base muito seletiva – para permitir a introdução de melhorias nas condições de vida dos animais sem questionar a nossa atitude básica, estas melhorias estarão sempre em perigo se não conseguirmos alterar a posição subjacente que sanciona a exploração brutal dos não humanos para fins humanos. Só poderemos construir uma fundação sólida para a abolição desta exploração se conseguirmos romper radicalmente com mais de dois mil anos de pensamento ocidental relativo aos animais. (SINGER, 2008, p. 199-200)

O que se tem hoje no sistema jurídico brasileiro é a ausência de leis que tutelem os direitos dos animais, uma vez que para que fosse feita a elaboração destas, tornaria-se necessário o abolimento incremental de propriedade dos animais. O que existe hoje são leis que propiciam o “bem-estar” dos animais e que os protegem enquanto configurados como propriedade humana, como se identifica, por exemplo, no artigo 32 da Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 – Lei de Crimes Ambientais que prevê pena de três meses a um ano para quem praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos

Entende-se com essa pesquisa, que não é pelo fato de que alguns seres não pertencem à espécie humana, que seus interesses não devem ser levados em consideração ou que se justifique o tratamento cruel dos mesmos. De acordo com Peter Singer (2008, p. 2): deve haver a aplicação do: “Princípio da Igual Consideração de Interesses”, sendo este o princípio ético básico para o tratamento dos animais dentro do ordenamento jurídico, construindo a ideia de que o princípio da igualdade não requer um tratamento igual ou idêntico; requer consideração igual.

Assim, nota-se que ainda não há uma posição fixa de nossos tribunais brasileiros nesse sentido. Apesar de não ser unânime o tratamento de animais como sujeitos de direito, observa-se que alguns magistrados e doutrinadores vem se posicionam a favor ou alimentam a discussão para um maior aprofundamento desse tema. É evidente que a grande maioria se preocupa com o bem-estar dos animais e repudiam qualquer tipo de maus-tratos ou crueldades contra estes. A discussão em questão é se a norma atual, que caracteriza os animais como coisas, é suficiente para sua defesa e proteção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão não é de agora e o debate não é recente, a questão gira em torno da observação das crescentes ações envolvendo animais dentro do debate jurídico tem, nos últimos anos, evidenciado este tema. Ocorre que há uma divergência no que se refere ao tratamento dogmático para a solução desse problema. E qual seria este problema? Do ponto de vista da dogmática, o problema parece ser a elaboração de uma explicação de como os animais, semoventes, objetos que são de direito dentro do atual sistema jurídico, possam ser qualificados como sujeitos, já que é assim, que grande parte da sociedade vem os entendendo e é assim, que as decisões dos tribunais em parte, tem mostrado, como apresentado no presente trabalho.

Faz-se importante destacar que à luz do direito constitucional, os animais recebem tratamento diferente daquele destinado às meras coisas. Torna-se possível observar que alguns doutrinadores, partem de uma falsa ideia de que dentro de uma relação jurídica, ou se é objeto, ou se é sujeito, de forma excludente. É totalmente claro perceber que os animais são dotados de certa subjetividade, todavia, ao analisarmos o sistema jurídico brasileiro vigente, não há a possibilidade de admissão de que, por serem os animais atribuídos de certa subjetividade, isso implique em negar-lhes o caráter de objeto.

Inicialmente, porque é isso que nos diz o direito positivo, uma vez que o Código Civil em seu artigo 82, qualifica os animais como semoventes, ou seja, como bens, então, com base nisso, a generalidade das participações dos animais nas relações jurídicas, se dá na qualidade de objeto, além de que, a maioria das regras de conduta que a eles se referem, concretizam um direito real do proprietário ou ainda, um direito difuso de cunho ambiental.

Todavia, isto não significa negar que os animais possam titularizar certos direitos. Podem, desde que esta titularidade não implique negar-lhes o caráter de objeto. A questão, aplicada ao fato concreto, é que o trato dos animais está em total concordância com a sociedade, com a economia e com a descrição que as pessoas fazem da realidade circundante. Mesmo os defensores dos animais, são proprietários de seus animais. O enquadramento dos animais como objeto, decorre, antes de tudo, de como a sociedade se organiza e se vê em torno do tempo. E qual seria então, a solução dogmática para obter-se o correto enquadramento dos animais dentro do sistema jurídico?

Não é possível negar, seriamente, que os animais sejam objetos de direito no sistema vigente, por esse motivo, a atribuição de direitos não deve supor ou pressupor o abandono da qualidade de objeto. Os animais são sujeitos, não porque assim os pretendam ou porque possuem sentimentos, mas, por determinação do sistema em vigor. E são também objetos, simplesmente pelo o que dispõe o sistema normativo. O que traz, na realidade, a grande dificuldade da doutrina em entender o “sujeito-objeto”, o que significa dizer: um sujeito não personificado que apenas titulariza direitos expressamente previstos e aqueles condizentes com a sua natureza. Sendo assim, se diferenciam das pessoas, que possuem aptidão genérica para a subjetividade. Há, certamente, entendimentos que discordem desse posicionamento e afirmem que essa figura do sujeito objeto não existe.

Entretanto, à essa objeção, pode ser usada a resposta de que não há, no ordenamento nenhuma vedação a que objetos, sejam também, sujeitos. Ao menos, não em nível de direito legislado. A problemática, na verdade, está no apego de alguns doutrinadores no que diz respeito à reação jurídica e seus elementos. Sendo esse entendimento implícito que impede uma dogmática apta à descrição do mundo, tal como o vê atualmente. Portanto, a construção dogmática começa com o esclarecimento deste ponto, ou seja, quem insistir que não possa haver a existência de um sujeito-objeto, não conseguirá explicar o fenômeno.

Além do mais, o reconhecimento de subjetividade ao objeto de direito não é nenhuma novidade jurídica, quando colocado à tona a figura jurídica do escravo, que faz-se o ponto mais marcante de sujeito objeto da história do direito. Alguns posicionamentos tendem a afirmar que os escravos eram apenas coisas, mas, ao realizar uma melhor análise, percebe-se que o escravo, em diversas das ordens jurídicas, inclusive no direito brasileiro, mais do que um mero objeto, o escravo

poderia ser responsabilizado por delitos, praticar atos de aquisição de domínio de direitos reais em benefício próprio ou de seu amo, podendo receber legado, comprar a própria liberdade etc.

Como se pode observar, esses seres humanos explorados, eram dotados de subjetividade, ainda que enquanto escravos. O que se tem como escravo, portanto, é um verdadeiro sujeito objeto. Um ente que há um só tempo configura-se objeto de relação jurídica de cunho patrimonial, mas, também, sujeito de direito e deveres na ordem jurídica.

Por fim, cabe esclarecer, que o objetivo do presente trabalho não é comprar os seres humanos aos animais, mas sim, chamar a atenção para o fato de que existe uma qualificação que usada para o ser humano, é aviltante, todavia, em se tratando de animais, talvez, constitua um objeto jurídico de dignidade, condizente com o nível de moralidade da sociedade atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Jaime Leônidas Miranda; MARISCO, Francelle Moreira. **O novo constitucionalismo latino-americano**. Curitiba: CRV, 2015.

AMARAL NETO, Francisco dos Santos. **A relação jurídica**. In: FRANÇA, Limongi. São Paulo: Saraiva, 1977.

ARISTÓTELES. **A política**. Madrid: Instituto de estudos políticos, 1951.

ARISTÓTELES. **A política**. Tradução de Nestor Silveira. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

BENJAMIN, Antonio Herman de Vasconcellos. **Reflexões sobre a hipertrofia do direito de propriedade na tutela da reserva legal e das áreas de preservação permanente**. *Revista de Direito Ambiental*. São Paulo. s.a.

BETIOLI, Antonio Bento. **Introdução ao direito**. 6 ed.; São Paulo: Letras & Letras, 1998.

BEVILÁQUA, Clóvis. **Teoria geral do Direito Civil**. 5. ed. São Paulo: Editora Paulo de Azevedo, 1951.

BRASIL. LEI Nº 3.071, DE 1º DE JANEIRO DE 1916. Institui o Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071impressao.htm> Acesso em: 23 maio 2016.

BRASIL. Decreto nº 16.590, de 10 de Setembro de 1924. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16590-10-setembro-1924-509350-norma-pe.html>> Acesso em: 23 maio 2016.

BRASIL. DECRETO Nº 24.645, DE 10 DE JULHO DE 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24645.htm> Acesso em: 23 de maio de 2016.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3688.htm> Acesso em: 23 de maio de 2016.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 221, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0221.htm> Acesso em: 23 maio 2016.

BRASIL. LEI Nº 5.197, DE 3 DE JANEIRO DE 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5197.htm> Acesso em: 23 maio 2016.

BRASIL. LEI Nº 6.638, DE 8 DE MAIO DE 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6638.htm> Acesso em: 23 maio 2016.

BRASIL. LEI Nº 7.173, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1983. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7173.htm> Acesso em: 23 maio 2016.

BRASIL. LEI Nº 7.643, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1987. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7643.htm> Acesso em: 23 maio 2016.

BRASIL. LEI Nº 7.889, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7889.htm> Acesso em: 23 maio de 2016.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 23 maio 2016.

BRASIL. Recurso Crime Nº 71004697702, Turma Recursal Criminal, Turmas Recursais, Relator: Cristina Pereira Gonzales, Julgado em 17/03/2014) (TJ-RS - RC: 71004697702 RS, Relator: Cristina Pereira Gonzales, Data de Julgamento: 17/03/2014, Turma Recursal Criminal, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 20/03/2014. Disponível em <<http://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/114435459/recurso-crime-rc-71004697702-rs>> Acesso em: 14 junho 2016.

BRASIL. TJ-RS - RC: 71001506591 RS, Relator: Nara Leonor Castro Garcia, Data de Julgamento: 10/12/2007, Turma Recursal Criminal, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 13/12/2007. Disponível em <<http://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8044696/recurso-crime-rc-71001506591-rs>> Acesso em: 17 junho 2016.

BRASIL, Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998) ((BRASIL, Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm> Acesso em: 16 junho 2016.

BRASIL, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 16 junho 2016.

BRASIL. Habeas Corpus nº 833085-3/2005. Disponível em <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/viewFile/10259/7315>> Acesso em 16 junho 2016.

BRASIL, Decreto-lei nº 3.689 de 1941 (Código de Processo Penal). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm> Acesso em: 16 junho 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 1856/Rio de Janeiro**, Min. Relator: Marco Aurélio. 26.05.2011. Disponível em: <http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/1002_Briga_de_galo.pdf> Acesso em: 30 maio 2016

Caio Mário, **Instituições de Direito Civil**, vol. 1, 20ª ed., 2004.

EBERLE, Simone. **A Capacidade entre o Fato e o Direito**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2006.

CHUAHY, Rafaella. **Manifesto pelos direitos dos animais**. Ed. Record, Rio de Janeiro, 2009.

COELHO, Fábio Ulhôa. **Curso de Direito Comercial**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 2.

CORTIANO JÚNIOR, Erouths. **Repensando fundamentos do direito civil brasileiro contemporâneo**. Coord. Luiz Edson Facchin. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

Voltaire, **DICIONÁRIO FILOSÓFICO. O grande Filósofo Voltaire e os animais**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

DINIZ, Maria Helena. **Código Civil anotado**. 13 ed.; São Paulo: Saraiva, 2008.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, v.1, 2007.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. v. 1 : teoria geral do direito civil. – 22 ed. rev. e atual. de acordo com o novo Código Civil (Lei n. 10.406, de 10-1-2002) e o Projeto de Lei de Lei n. 6.960/2002. – São Paulo : Saraiva, 2005.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil: direito das coisas. 37.ed. rev. e atual. por. Carlos Alberto Dabus Maluf. São Paulo: Saraiva, 2003, v.3.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**, vol. 1. 13 ed. Revista. São Paulo: Saraiva, 1997.

DUARTE, Ilka. **Impactos Ambientais da Produção de Carne para o Consumo Humano: a indústria da carne na contramão da tutela constitucional do meio ambiente**. 2008.

DUARTE, Ilka. **Impactos Ambientais da Produção de Carne para o Consumo Humano: a indústria da carne na contramão da tutela constitucional do meio ambiente**. 2008.

EBERLE, Simone. **A Capacidade entre o Fato e o Direito**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2006.

ECHEVERRIA, Hugo et al. **Manual de Aplicación del Derecho penal ambiental como instrumento de protección de las áreas naturales em Galápagos**. Sea Shepherd, World Wildlife Found y Galápagos Academic Instituto for the Arts and Science de la Universidad San Francisco de Quito. Quito-Ecuador, 2011.

EQUADOR. **Constitución de Ecuador**. Disponível em: <http://www.asambleanacional.gov.ec/documentos/constitucion-de-bolsillo.pdf> Acesso em: 18 maio 2016.

FERRY, Luc. **A nova ordem ecológica: A árvore, o animal e o homem**. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental brasileiro**. 7. ed. Saraiva: São Paulo, 2006.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental brasileiro**. 7. ed. Saraiva: São Paulo, 2006.

FIÚZA, Cezar. Direito Civil: **Curso Completo**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. Parte geral, São Paulo: Saraiva, 2009, v. 1.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**, volume I. 9ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

GONÇALVES, Carlos Roberto Gonçalves - **Direito Civil Brasileiro** - Vol. 2 - Teoria Geral das Obrigações - 11ªed. 2014.

GONÇALVES, Carlos Roberto Gonçalves - **Direito Civil Brasileiro** - Vol. 2 - Teoria Geral das Obrigações - 11ªed. 2014.

GONÇALVES, Carlos Roberto Gonçalves - **Direito Civil Brasileiro** - Vol. 2 - Teoria Geral das Obrigações - 11ªed. 2014.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Curso de Direito Civil**. Sinopses Jurídicas, vl. 1. São Paulo: SARAIVA, 2000.

Habeas Corpus n. 000263770.2010.8.19.0000, 2010. Disponível em <<http://www1.tjrj.jus.br/gedcacheweb/default.aspx?UZIP=1&GEDID=0004E164C7F5BA0C4F3C3D56853A3CF5FD40D4C4212E3E3B>> Acesso em: 16 junho 2016.

Habeas Corpus n.º 0002637-70.2010.8.19.0000. Disponível em: <
<http://www1.tjrj.jus.br/gedcacheweb/default.aspx?UZIP=1&GEDID=0004E164C7F5BA0C4F3C3D56853A3CF5FD40D4C4212E3E3B> Acesso em: 16 maio 2016.

JONAS, Hans. **O Princípio da responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**. Rio de Janeiro: Contraponto (PUC-Rio), 2006.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. v.1, 1962.

LEITE, José Rubens Morato (Org.). **Os “novos” direitos no Brasil: natureza e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2003.

LEITE, José Rubens Morato (Org.). **Os “novos” direitos no Brasil: natureza e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2003.

LEUZINGER, Márcia Dieguez. **Meio ambiente: Propriedade e repartição constitucional de competências**. Rio de Janeiro: Esplanada, 2002.

MARTINS-COSTA, Judith. **Pessoa, Personalidade, Dignidade: ensaio de uma qualificação**. 2003. Tese (Livre-Docência em Direito Civil) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário**. 5. ed. rev, atual e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

MILARÉ, Édis; COIMBRA, José de Ávila Aguiar. **Antropocentrismo x ecocentrismo no sistema jurídico**. Revista de direito ambiental, São Paulo, v. 9, n. 36, out./dez. 2004. AQUINO, Tomás de. apud DIAS, 2004.

MILARÉ, Édis. **Direito Ambiental: a gestão em foco: doutrina, jurisprudência, glossário**. 7ª ed. Rev., atual. E reform. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MILARÉ, Édis. **Direito Ambiental: a gestão em foco: doutrina, jurisprudência, glossário**. 7ª ed. Rev., atual. E reform. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente: a gestão ambiental em foco. Doutrina, jurisprudência, glossário**. 7.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco**. 6 ed. São Paulo: editora Revista dos Tribunais, 2007.

MILARÉ, Édís. **Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

MIRANDA, Pontes de. **Tratado de direito privado**. Rio de Janeiro: Borsói, 1972.

MIRANDA, Pontes de. **Tratado de direito privado**. Rio de Janeiro: Borsói, 1972.

MIRANDA, Pontes de. **Tratado de Direito Privado. Parte Geral**. Tomo I, 2ª edição. Campinas-SP: Bookseller, 2000.

MOLINARO, Carlos Alberto. **Direito ambiental: proibição de retrocesso**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

MOREIRA, Danielle de Andrade. **Dano Ambiental Extrapatrimonial**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito da Cidade) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002.

NEUNSCHWANDER, apud LOURENÇO, Daniel Braga. **Direito dos Animais: fundamentação e novas perspectivas**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2008.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**. V. 1. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil: introdução ao Direito Civil Teoria Geral de Direito Civil**. 19. Ed, v. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de direito civil**. Rio de Janeiro: Forense, v. 1, 1977.

PINTO, Oriana Piske de Azevedo Magalhães. **Artigo. PONTOS DE TANGÊNCIA DAS TRÊS VIAS DE RESPONSABILIDADE PELA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL - JUÍZA ORIANA PISKE**, 2010, disponível em <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/artigos/2010/pontos-de-tangencia-das-tres-vias-de-responsabilidade-pela-degradacao-ambiental-juiza-oriana-piske>> Acesso em: 15 junho 2016.

Recurso Especial nº 1.115.916 – MG/2009. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/6040734/recurso-especial-resp-1115916-mg-2009-0005385-2/inteiro-teor-12170435>> Acesso em: 16 junho 2016.

Ryder, Richard D. **Speciesism**. In: **Baird**, Robert M & **Rosenbaum**, Stuart E. (Eds.) Op. c/7.

RYDER, Richard D. **Experiments on Animals**. 1970.

RYDER, R. D. **Speciesism**. In: **BAIRD**, R.; **ROSEMBAUM**, S. E. (Eds.). **Animal experimentation: the moral issues**. Amherst: Prometheus Books, 1991.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Crise do Paradigma**. In **SOUZA JR.**, José Geraldo (org.). **Introdução Crítica ao Direito**. Brasília: UNB, 1993.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Direito Constitucional Ambiental: constituição, direitos fundamentais e proteção do ambiente**/ Ingo Wolfgang Sarlet, Tiago Fensterseifer; prefácio à 1ª edição: Antonio Herman Benjamin; apresentação à 1ª edição: José Rubens Morato Leite. – 3.ed. ver., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2013.

SINGER, Peter. **Libertação animal**. 2. ed. Porto: Via Óptima, 2008.

SINGER, Peter. **Ética prática**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SINGER, Peter. **Animal Liberation**. New York: Harper Collins, 2002.

SINGER, Peter. **Libertação Animal**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SINGER, Peter. **Libertação animal**. 2. Ed. Porto: Via Olímpia, 2008.

SINGER, Peter. **Libertação animal**; 2.ed. Porto: Via Olímpia, 2008.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental**, São Paulo, 13ª ed., Saraiva, 2015.

STANCIOLI, Brunello Souza. **Renúncia ao exercício de direitos da personalidade: ou como alguém se torna o que quiser**. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

STJ - REsp: 1115916 MG 2009/0005385-2, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 01/09/2009, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: <!-- DTPB: 20090918
 --> DJe 18/09/2009 – Disponível em <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/6040734/recurso-especial-resp-1115916-mg-2009-0005385-2>. Acesso em: 16 junho 2016.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais** (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil – Parte Geral**. 2.ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: parte geral**. 4 ed. – São Paulo, Atlas, 2004.